



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO MARAJÓ-BREVES
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

FRANCIELMA LOPES NOGUEIRA

PERFIL PROFISSIONAL E FORMAÇÃO CRÍTICA DE ASSISTENTES SOCIAIS:
contribuição da FACSS – Breves no Marajó.

BREVES-PARÁ
2025

FRANCIELMA LOPES NOGUEIRA

PERFIL PROFISSIONAL E FORMAÇÃO CRÍTICA DE ASSISTENTES SOCIAIS:
contribuição da FACSS – Breves no Marajó.

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à banca examinadora da Faculdade de Serviço Social como requisito parcial para a obtenção do título de bacharela em Serviço Social, pela Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof^a Dr^a Christiane Pimentel e Silva.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N778p Nogueira, Francielma Lopes.
 Perfil Profissional e Formação Crítica de Assistentes Sociais :
 contribuição da FACSS – Breves no Marajó / Francielma Lopes Nogueira.
 — 2025.
 91 f. : il. color.

 Orientador(a): Prof^a. Dra. Christiane Pimentel E Silva
 Trabalho de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará, Campus
 Universitário de Breves, Faculdade de Serviço Social, Breves, 2025.

 1. Formação profissional. 2. Serviço social. 3. Atuação profissional. I.
 Título.

CDD 301.44420981

FRANCIELMA LOPES NOGUEIRA

PERFIL PROFISSIONAL E FORMAÇÃO CRÍTICA DE ASSISTENTES SOCIAIS:
contribuição da FACSS – Breves no Marajó.

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à banca examinadora da Faculdade de Serviço Social como requisito parcial para a obtenção do título de bacharela em Serviço Social, pela Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Profª Drª Christiane Pimentel e Silva.

Data de aprovação: ____/____/____

Conceito:

Banca Examinadora:

Profª Drª Christiane Pimentel e Silva – UFPA.
Orientadora

Profª Drª Merize de Jesus da Silva Américo – UFPA.
Examinadora Interna

Prof. Dr. Patrício Azevedo Ribeiro.
Examinador Externo – ICSEZ-UFAM.

Dedico aos que me motivam a romper barreiras,
Francisca Lopes Nogueira e Domingos
Rodrigues Nogueira (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Nessas linhas iniciais agradeço primeiramente as principais pessoas que foram (permanecem sendo) e são minhas referências na vida e meus motivos por nunca desistir da realização de um sonho, ao meu pai (*in memoriam*), Domingos Rodrigues Nogueira e a minha mãe Francisca Lopes Nogueira, duas pessoas que não chegaram a concluir o quarto ano do ensino fundamental por falta de oportunidade e mesmo assim sempre acreditaram no poder que a educação tem em transformar vidas, realidades. Gratidão pai, por em vida sempre me motivar a nunca desistir, me recordo todos os dias da sua preocupação em não deixar faltar o óleo diesel na lamparina para que pudesse estudar a noite (o horário que restava diante da correria do dia a dia), gratidão mãe por desde meus anos iniciais de estudo fazer o possível e impossível juntamente com o meu pai para não deixar eu faltar um dia de aula, mesmo precisando de mim para ajudar a colocar comida na mesa. Mãe, agradeço mais uma vez por não soltar minha mão quando o pai faleceu, momento que oscilei em desistir do sonhado ensino superior numa universidade pública e voltar para o interior porque não tinha onde ficar na cidade, a sua firmeza em dizer “tu vai ficar e estudar” nunca vou esquecer.

Gratidão a minha irmã (*in memoriam*) Maria Fernanda Lopes Nogueira, pela demonstração de afeto, carinho e amor por mim, jamais esquecerei, obrigada irmã por sempre me incentivar a estudar, por acreditar em mim. Sempre foste minha inspiração para nunca desistir, me via tanto em ti. Trabalhava o dia todo na tiração de açaí, na colheita de amêndoas de andiroba para ter recurso para o próprio sustento e sempre tirava um tempinho para estudar, mãe e casada com um homem tóxico e agressivo. Era criança, mas recordo quando disse que nunca ia desistir de estudar porque queria ter a oportunidade de mudar a nossa realidade e dos nossos pais, infelizmente não conseguiu realizar em vida, mas plantou uma sementinha em mim que me motiva todos os dias a querer mudar a minha realidade e das pessoas que estão juntas comigo nesse processo, através da educação.

Nesses primeiros agradecimentos jamais poderia deixar de agradecer a Marry (minha cachorra) que me adotou, afinal foi ela que me salvou, fez eu cuidar de mim para que pudesse cuidar dela. Chegou na minha vida no momento mais difícil, estava vivendo a intensidade do luto da perda do meu pai, a incerteza de tudo, Marry me estendeu as patas no momento que precisava do suporte de mãos para conseguir levantar, viveu comigo a realização de um sonho, a aprovação no vestibular numa universidade pública e me acompanha em toda essa trajetória da graduação, sendo meu suporte, meu alento e que consegue me acalmar diante das intensidades do dia a dia. Obrigada Marry pela tua demonstração de afeto, ao pular em mim

todas as vezes que me vê e por nunca enjoar de lambar meu rosto, esses gestos ativam em mim o sentimento de reciprocidade e companheirismo.

Agradeço a Professora Rosilene Queiroz, nos anos iniciais da minha trajetória estudantil que emprestava um de seus cascos (embarcação bastante utilizada na Amazônia, conhecida também como canoa) para que tivesse como chegar à escola (que era uma casinha simples, cedida e coberta de palha), meus pais tinham apenas um que era usado para o trabalho diário. Agradeço a professora Maria Célia por ter surgido na minha vida quando estava concluindo os últimos anos no ensino fundamental, obrigada por me defender e proteger quando sofria bullying dos meus colegas só porque era "diferente" ou talvez porque minha realidade fosse diferente. Obrigada professora por sempre me acolher e motivar a nunca desistir de estudar.

Seguindo o destaque a professoras que marcaram minha trajetória enquanto estudante, externo agradecimento a Prof^a. Dr^a. Christiane Pimentel, minha orientadora nesse trabalho de conclusão, obrigada por oportunizar através do seu projeto a possibilidade de ser selecionada a participar do mesmo, inicialmente como voluntária e posteriormente como bolsista remunerada, só buscava uma oportunidade para demonstrar o meu interesse em sempre querer aprender e de alguém que me orientasse, mostrasse o caminho. A troca de conhecimento durante esses anos no Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social do Marajó (GESS-Marajó), coordenado pela respectiva professora, somou imensamente no aperfeiçoamento da minha formação acadêmica que conseqüentemente irá refletir na minha atuação quanto profissional. A bolsa foi essencial para que continuasse a graduação, foi minha renda durante meses subsidiando minha alimentação “mínima”. Obrigada professora por aceitar o convite para me orientar nesse trabalho e por acreditar na minha capacidade, potencialidade e por sempre me instigar a querer mais, expresso aqui a admiração que tenho no ser humano e profissional que és.

Agradeço aos(as) amigos(as) que durante esse percurso foram cruzando meu caminho, me acolheram nos seus arranjos familiares nos momentos mais difíceis que precisava de apoio, suporte e de pessoas que me motivassem a continuar, obrigada Hérica Lima e Diego Vulcão, nunca vou esquecer do dia que fui aprovada e vocês comemoraram e vibraram junto comigo, obrigada Sônia Vulcão por todo cuidado e carinho, as chamadas de atenção para cuidar da minha saúde sempre foram muito válidas. Ao Pedro Valmir os meus mais sinceros agradecimentos, o chefe que se tornou meu grande amigo, agradeço pela compreensão e flexibilidade, sempre contribuiu para que eu sáísse para estudar nos períodos letivos e quando voltava estava minha vaga me esperando, sempre motivou para que participasse de todas as atividades acadêmicas. A Elizete Louzada, a amiga que conheci no curso de Serviço Social (não seguiu na área) e percebeu o quanto precisava de apoio, “te via chegar andando no sol quente,

suando e muito cansada, mas sempre focada e dedicada, senti que precisava fazer algo por ti”, de fato fez e muito que só nós duas sabemos, gratidão e gratidão por tudo. Agradeço a Ana Cláudia Wanzeler que super me apoia, encoraja e que sempre demonstrou acreditar na minha capacidade de alcançar objetivos que fico me questionando se é possível, durante a graduação inúmeros foram os momentos que me energizaram, obrigada pela amizade, parceria, pelo cuidado, o cafezinho levado na sala de aula e aquele abraço acompanhado de palavras de incentivo. A Alice Rodrigues, que vibra por cada conquista ou avanço meu e que sempre diz para eu não parar na graduação, obrigada por acreditar e incentivar que posso conseguir mais. Nesses últimos meses de tensão com a escrita do TCC, agradeço a Thais Santos que esteve muito presente e compartilhou comigo esse tensionamento, pessoa que mais me acompanhou nessa reta final, com quem falava sobre minhas angustias em não conseguir avançar, das minhas noites mal dormidas e que sempre conseguiu com palavras sábias a me acalmar, e inúmeras vezes não deixou eu desisti, me motivando e sempre muito confiante no meu potencial.

A minha irmã Francidalva Lopes Nogueira, que por um tempo me acolheu na sua casa, obrigada pelo abrigo para que pudesse finalizar o ensino médio. Foram tantas pessoas que contribuíram nesse percurso, que peço desculpas se esqueci de citar alguém, mas deixo registrado a minha gratidão a todos(as), sem vocês seria mais difícil, talvez nem fosse possível. Mas a vida, as vezes, têm disso, de cruzar vidas, pessoas que passam a ser nossa família, que mesmo com divergências se unem num ponto em comum para ser a base, apoio de alguém.

Agradeço a todos(as) os professores(as) da FACSS-Breves e os demais professores(as) externos, todo(as) tiveram seu grau de relevância e muito contribuíram na minha formação acadêmica, obrigada pela dedicação, esforço em quererem e proporcionarem uma formação qualificada e pela preocupação em formar profissionais críticos.

Aos egressos(as), participantes dessa pesquisa, obrigada por disponibilizarem-se a participar e pela contribuição que deram, com suas experiências profissionais e trajetória acadêmica, sem vocês esse trabalho não seria possível.

Ao Profº. Drº. Patrício Azevedo Ribeiro e a Profª. Draª. Merize de Jesus da Silva Américo, agradeço a vocês por terem aceito o convite para participarem da banca avaliadora desse TCC, a contribuição de vocês é importantíssima para conclusão do mesmo e para mim enquanto pesquisadora.

Parece ser nada comum, mas vou finalizar agradecendo a mim que mesmo diante de tantas dificuldades nunca desistir de estudar e de sonhar com o ensino superior (não vou parar na graduação), mas o alcance desse passo dado é resultado de muito esforço e dedicação. A menina do interior, ribeirinha que passou a infância e parte da adolescência no trabalho pesado

para ajudar os pais no sustento, a peconheira (trabalhador(a) que trabalha na “tiração” do açaí do açazeiro) que subia com agilidade no açazeiro, que muitos se admiravam, mas não falavam da dor que causa nos pés, no corpo e também na alma, (as marcas seguem no meu corpo e são tantas) porque não era opção, era o que tinha, nem imaginavam que a cada subida e descida rápida era motivada para querer terminar logo e ter tempo para ir à escola, para chegar cedo na casa e estudar mais um pouquinho ou fazer a atividade. Foram tantos desafios que não cabe descrevê-los todos aqui, mas o orgulho dessa conquista não cabe em descrição de palavras.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado, *Perfil Profissional e Formação Crítica de Assistentes Sociais: Contribuição da FACSS – Breves no Marajó*, objetivou compreender como as estratégias pedagógicas de ensino, pesquisa e extensão adotadas pela FACSS-Breves/UFPA contribuem para a formação de assistentes sociais com um perfil profissional alinhado ao Projeto Ético-político do Serviço Social. O procedimento metodológico incluiu uma abordagem qualitativa e quantitativa, apoiada em revisão bibliográfica e pesquisa de campo, utilizando entrevistas semiestruturadas com egressos(as) da FACSS que atuam como assistentes sociais ou possuem alguma experiência profissional na área. A análise dos dados baseou-se no materialismo histórico dialético, que permitiu entender o objeto estudado a partir da reprodução da vida social orientada pelo sistema capitalista vigente, considerando suas múltiplas determinações. Nesse sentido, a formação profissional em Serviço Social está vinculada a um projeto societário e a um Projeto Ético Político Profissional, cujo objetivo é o fortalecimento e a defesa de direitos da classe trabalhadora, que sobrevive da venda de sua força de trabalho para o sistema capitalista, que lhe expropria a dignidade humana e a defesa de uma nova ordem societária. A FACSS-Breves, por meio de seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC), articulado ao Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEPSS), contribui para a formação de assistentes sociais com domínio teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, capacitando-os(as) para atuar criticamente tanto em seus territórios quanto em outras regiões. Essa formação permite a identificação das múltiplas determinações da questão social e intervenções críticas sobre elas, fortalecendo, defendendo e consolidando os princípios e diretrizes do PEPSS. Conclui-se que as estratégias de ensino, pesquisa e extensão adotadas no processo de ensino e aprendizagem, quando articuladas, contribuem significativamente para uma formação em consonância com o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Palavras-chave: Formação profissional; Projeto ético-político do serviço social; Produção de conhecimento no Serviço Social; Atuação profissional.

ABSTRACT

This Final Work for the Undergratuation, entitled Professional Profile and Critical Training of Social Workers: Contribution of FACSS – Breves in Marajó, aimed to understand how the teaching, research, and extension strategies adopted by FACSS-Breves/UFPa contribute to the training of social workers with a professional profile aligned with the Ethical-Political Project of Social Work. The methodological procedure included a qualitative and quantitative approach, supported by bibliographic review and field research, using semi-structured interviews with FACSS graduates working as social workers or with some professional experience in the field. Data analysis was based on historical-dialectical materialism, enabling an understanding of the studied object from the perspective of social life reproduction under the current capitalist system, considering its multiple determinations. In this context, professional training in Social Work is linked to a societal project and a Professional Ethical-Political Project, aimed at strengthening and defending the rights of the working class, which survives by selling its labor power to the capitalist system, which expropriates its human dignity while advocating for a new societal order. Through its Pedagogical Course Project (PPC), aligned with the Ethical-Political Project of Social Work (PEPSS), FACSS-Breves contributes to the training of social workers with theoretical-methodological, ethical-political, and technical-operational proficiency, enabling them to critically engage both in their local contexts and in other regions. This training fosters the identification of the multiple determinations of the social question and critical interventions addressing them, strengthening, defending, and consolidating the principles and guidelines of the PEPSS. It is concluded that the teaching, research, and extension strategies adopted in the teaching-learning process, when articulated, significantly contribute to training aligned with the Ethical-Political Project of Social Work.

Keywords: Professional training; Ethical political project of social work; Knowledge production in social work; Professional practice.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Atribuições Privativas, Art.5º da Lei nº 8.662/1993 desenvolvidas pelos(as) egressos(as) da FACSS.....	41
Gráfico 2 – Competências desenvolvidas pelos(as) egressos(as) da FACSS.....	51
Gráfico 3 – Deveres executados pelos(as) egressos(as) da FACSS – Breves nas suas relações profissionais com os(as) usuários(as).....	63
Quadro 1 – Deveres nas relações com os(as) usuários(as) desenvolvidos pelos egressos(as) da FACSS em sua atuação profissional cotidiana.....	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CE	Código de Ética
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CEP	Código de Ética Profissional
FACSS	Faculdade de Serviço Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEFSS- Marajó	Fundamentos do Serviço Social: memórias, contextos e tendências da profissão no Marajó
PEPSS	Projeto Ético-Político do Serviço Social
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	FUNDAMENTOS DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL....	18
2.1	Convergências entre o PEPSS e o projeto pedagógico da FACSS.....	25
3	A FACSS-BREVES E O PERFIL PROFISSIONAL NO MARAJÓ.....	30
3.1	Metodologia.....	30
3.2	Articulação entre formação e prática profissional: percepção dos(as) egressos(as) da FACSS – Breves.....	32
3.2.1	Perfil de autoidentificação e inserção sócio-ocupacional dos(as) egressos(as)	33
3.2.2	A Prática Profissional dos(as) Egressos(as) e o PEPSS.....	35
3.2.2.1	Competências e Atribuições Privativas no cotidiano profissional.....	35
3.2.2.2	Desafios Ético-políticos e Técnico-Operativos no Exercício Profissional....	53
3.2.2.3	Articulação entre Diretrizes da ABESS de 1996 e PPC da FACSS-Breves....	65
4	CONCLUSÃO.....	76
	REFERÊNCIAS.....	81
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	86
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	88

1 INTRODUÇÃO

Diante da disputa entre diferentes projetos societários, estudar e discutir a formação profissional em Serviço Social assume centralidade neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Projetos societários que podem estar vinculados ao fortalecimento do grande capital ou aos interesses dos(as) trabalhadores(as), composta pela classe que vive da venda de sua força de trabalho para um sistema capitalista que lhes expropriam toda dignidade humana e o que conseguem são condições mínimas de subsistência resultado de lutas, resistência e reivindicações coletivas, da sociedade organizada e determinados segmentos profissionais que se unem aos(as) trabalhadores(as), enquanto pertencentes a estas(as).

Discutir a formação acadêmica em Serviço Social significa também refletir sobre o projeto societário ao qual essa formação proposta pela categoria está aliada. Trata-se de questionar para quais interesses os(as) profissionais são capacitados a defender e quais princípios orientam sua prática profissional. Nesse sentido, de acordo com Fonseca (2016), a formação tem que ser pensada no contexto da produção e reprodução das relações sociais, na totalidade da vida social. Essa totalidade abrange manifestações gerais que influenciam os determinantes do “ser e do vir a ser das manifestações no cotidiano”, que podem flexionar de acordo com a presença dos sujeitos que são historicamente construídos e por meio de “suas opções e posturas teóricas, políticas e culturais, imprimem uma direção à dinâmica societária” (Fonseca, 2016, p.185).

Partindo dessa compreensão, é necessário captar a formação em Serviço Social a partir do processo de reestruturação ou fortalecimento do sistema capitalista vigente, que tem suas implicações e interferências no modelo de organização da produção e no papel do estado e consequentemente na relação deste último com a sociedade civil. O posicionamento do Estado sobre essas interferências pode se configurar como resistência ou reforçando os interesses da classe dominante (detentores dos meios de produção). Porém, nesse processo existem sujeitos sociais dotados de aportes ideoculturais que utilizam no direcionamento para a resistência as imposições, com intuito de assegurar sua vivência, sobrevivência, seu ser, seu existir, seus direitos. Esses aportes estão articulados com a “perspectiva teórico-filosófica que orientam a ação destes sujeitos, inclusive no campo da formação profissional” (Fonseca, 2016, p.185). As escolhas teóricas e políticas são decisivas no direcionamento de quais projetos profissionais serão predominantes dentro da sociedade. Na atual conjuntura, esses direcionamentos teóricos e políticos na particularidade do Serviço Social podem fortalecer tanto o conservadorismo na profissão, quanto a vertente analítica crítica, as duas oferecem impactos

distintos na qualidade da formação. Mediante estas considerações que é necessário identificar as tendências da formação profissional, com intuito de identificar a existência da implementação das Diretrizes Curriculares de 1996, que trata de currículo mínimo para a formação que integra o projeto ético-político da profissão vinculado ao projeto societário que tem como centralidade a melhoria das condições de vida e reprodução social da classe trabalhadora e tem como suporte teórico-metodológico a teoria social crítica de Kal Marx que fundamenta a formação profissional e pauta segundo Fonseca (2016) a ruptura com o conservadorismo societal e profissional.

Assim, a pesquisa foi motivada em compreender “De que forma as estratégias pedagógicas de ensino, pesquisa e extensão contribuem para fortalecer a discussão e a construção do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, visando a formação de um perfil profissional alinhado aos seus princípios e diretrizes?”. esse questionamento estimulou estudar como a FACSS – Breves materializa o PEPSS no seu Projeto Pedagógico e na efetivação no processo formativo de assistentes sociais no arquipélago marajoara.

Assistentes sociais que atuaram em diferentes espaços sócio-ocupacionais na esfera do Estado, no poder legislativo, executivo, judiciário, nas instituições/empresas privadas, nas organizações da sociedade civil, na assessoria a organizações de movimentos sociais, dentre outros espaços, que possuem segundo Iamamoto (2009) “racionalidades e funções distintas na divisão social e técnica do trabalho”, direcionados por esses empregadores dão sentido ao trabalho realizado, que pode ser para fins lucrativos ou não.

Nos espaços vinculados ao Estado, o(a) assistente social pode atuar no planejamento, formulação e execução de políticas públicas que pode ser na área da saúde, previdência, educação, meio ambiente, assistência social, habitação, etc.; na esfera privada atua principalmente no repasse de benefícios, serviços, na organização de ações associadas a produção, circulação e consumos dos bens e serviços. E junto aos movimentos dos(as) trabalhadores(es) de diferentes segmentos, os(as) assistentes sociais podem atuar nos processos de organização e formação de políticas.

Como trabalhador(a) inserido(a) na divisão sociotécnica do trabalho e sujeito à condição de assalariado(a), o exercício profissional do(a) assistente social encontra-se no cerne da intervenção entre interesses antagônicos, podendo fortalecer a continuidade da sociedade de classes, como criar possibilidades de transformação para uma nova ordem societária, este último defendido pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEPSS). No PEPSS, o público prioritário das ações profissionais são os(as) trabalhadores(as), as classes subalternas, a quais o(a) profissional precisa criar estratégias político-profissionais que tenha o objetivo de

fortalecer, reforçar os interesses desses sujeitos, mesmo que esteja inserido nesse antagonismo de interesses de classe.

Nesse sentido, este Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, intitulado, *Perfil Profissional e Formação Crítica de Assistentes Sociais: Contribuição da FACSS – Breves no Marajó*, teve como objetivo geral, analisar como as estratégias pedagógicas de ensino, pesquisa e extensão adotadas pela FACSS-Breves/UFPA contribuem para a formação de assistentes sociais com um perfil profissional alinhado ao Projeto Ético-político do Serviço Social. E os objetivos específicos foram: 1) conhecer o perfil de formação profissional previsto no atual Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da FACSS-Breves, observando sua articulação com os princípios do Projeto Ético-político do Serviço Social; 2) conhecer a percepção dos(as) egressos(as) da FACSS-Breves sobre a abordagem do Projeto Ético-político do Serviço Social em sua formação, identificando como essa formação influenciou suas práticas profissionais.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de revisão bibliográfica sobre o objeto estudado e pesquisa de campo realizada por meio de entrevista com roteiro semiestruturado que teve como público-alvo, egressos(as) da FACSS-Breves, especificamente das duas primeiras turmas concluintes e das duas últimas concluintes, ingressantes nos anos 2009, 2010, 2016 e 2017, foram selecionados dois(as) egressos(as) de cada turma que correspondeu a 8 entrevistados(as). Para análise dos resultados alcançados utilizou-se o método materialismo histórico dialético por acreditar-se e defender que este método dá sustentação para realizar leituras ampliadas do objeto, ultrapassando o aparente.

O presente trabalho está organizado em seções. Após a Introdução, o primeiro capítulo discorre sobre os Fundamentos do Projeto Ético-político do Serviço Social (PEPSS) e sua influência na formação profissional, destacando sua relação com o Projeto Pedagógico da FACSS. O segundo capítulo trata do perfil profissional no contexto do Marajó, com destaque para a metodologia, a articulação entre formação e prática profissional, e a percepção dos(as) egressos(as) da FACSS – Breves sobre sua inserção sócio-ocupacional e prática profissional, com ênfase nas competências e atribuições privativas, desafios ético-políticos e técnico-operativos e na relação entre as Diretrizes da ABPESS de 1996 e o PPC da FACSS. Por fim, a conclusão que sintetiza os principais resultados alcançados na pesquisa.

2 FUNDAMENTOS DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No Brasil, a luta pela democracia política e contra a ditadura trouxe à tona diferentes projetos societários que disputavam espaços entre si, refletindo os interesses e aspirações populares das classes sociais, suas mobilizações, e as lutas pela redemocratização e reivindicações por direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores. Esse movimento complexo rebateu no interior do Serviço Social, produzindo e ampliando divergências internas sobre o projeto profissional e, conseqüentemente, sobre o projeto societário que orientava a profissão até aquele momento.

Esse rebatimento no projeto profissional que marcou a contestação e rompimento com o conservadorismo na profissão, sendo traçado por três momentos históricos, caracterizados por projetos societários que disputavam adesão e hegemonia dentro da categoria. Essas três principais direções que demarcaram o processo de renovação do Serviço Social se desenvolveram em conjunturas, com análises ou reflexões profissionais teóricas diferentes.

A primeira corrente, denominada de perspectiva modernizadora, surgiu no contexto pós-1964 e concebe o Serviço Social como um instrumento de adequação da intervenção profissional às estratégias que favoreciam o desenvolvimento capitalista. Vinculado à autocracia burguesa, essa perspectiva atendia às suas emergências e exigências desse contexto, com objetivo de dinamizar, integrar e tornar o Serviço Social um intermediador no processo e na ordem sociopolítica vigente. Os textos dos seminários de Teresópolis e Araxá são referências dessa perspectiva, revelando a densidade da reflexão profissional naquele período.

A partir da segunda metade da década de 1970, a hegemonia da perspectiva modernizadora começa a ser contestada diante da crise da autocracia burguesa, abrindo espaço para a ascensão de uma segunda perspectiva, de reatualização do conservadorismo. Essa perspectiva, recupera a herança histórica do conservadorismo na profissão, tanto na prática profissional quanto na autorrepresentação. Sua intervenção profissional é, segundo Netto (2010), de caráter microscópico e abstrato, fundamentada no pensamento católico tradicional, com foco na ajuda psicossocial e na recusa as referências vinculadas ao pensamento crítico-dialético.

A terceira perspectiva que compõem a renovação do Serviço Social brasileiro é a intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional. De acordo com Netto (2010, p.7), “esta possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho ‘tradicional’ e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos”. Esse movimento visa, de fato, romper com a

herança teórico-metodológico conservadora e com os padrões de intervenção profissional estabelecidos.

Pela primeira vez, surgiam distintos projetos que divergiam com daqueles voltados aos interesses das classes dominantes, proprietárias dos meios de produção. Esse novo projeto profissional, que promoveu um significativo debate em torno da profissão, acompanhou a mobilização popular e democrática que culminou no fim da ditadura e na promulgação da Constituição Federal de 1988, a chamada “Constituição Cidadã”.

Como menciona Abramides (2016, p.20), o Projeto Ético-político Profissional resulta de um processo histórico de lutas por sua hegemonia, explicitando divergências e diferentes análises em um espaço plural “que combate e recusa o ecletismo” e o liberalismo. O debate em torno da construção de um Projeto Ético-político para o Serviço Social Brasileiro, é marcado por um contexto de contestação ao conservadorismo que pairava sobre a profissão, iniciando-se no final dos anos 1970 e estendendo-se pela década de 1980.

Essa conjuntura se caracterizou pelo enfrentamento, denúncia, recusa e crítica ao conservadorismo profissional, representando um momento importante para o desenvolvimento do Serviço Social. Esse processo culminou na formulação de um novo projeto para a categoria, que ganhou relevância e credibilidade, dando origem ao então intitulado Projeto Ético-político Profissional do Serviço Social (PEPSS).

A década de 1980 consolidou a vertente teórico-política do projeto de intenção de ruptura do Serviço Social brasileiro (Netto, 2010). Segundo Abramides (2006), essa vertente se expressa na organização da categoria, abrangendo os aspectos político-sindical, de formação acadêmica e de exercício profissional.

A partir desse momento, a categoria profissional passa a se ocupar na compreensão dos projetos societários, que, de acordo com Teixeira, podem ser transformadores ou conservadores. Em cada um desses projetos, há uma dimensão política que se correlaciona com as relações de poder. Embora essa dimensão não esteja especificamente vinculada a posicionamentos partidários, entretanto, considera-se que “os partidos políticos sejam instituições indispensáveis e insubstituíveis para a organização democrática da vida social no capitalismo contemporâneo” (Netto, 2015, p.3).

Ainda segundo o mesmo autor:

[...] a concorrência entre diferentes projetos societários é um fenômeno próprio da democracia política. [...] É somente quando se conquistam e se garantem as liberdades políticas fundamentais (de expressão e manifestação do pensamento, de associação, de votar e ser votado etc.) que distintos projetos societários podem confrontar-se e disputar a adesão dos membros da sociedade (Netto, 2015, p.3).

Diante dos ditames do grande capital, mesmo com o alcance da democracia política, os projetos societários que buscam atender aos interesses da classe trabalhadora desprotegida permanecem em desvantagem ou em condições desfavoráveis em relação aos projetos da classe dos grandes proprietários e da elite politicamente dominante. Essa correlação de forças existente na sociedade, onde a classe trabalhadora se encontra subordinada ao poder da classe dominante – que controla a esfera privada dos meios de produção, a força de trabalho humana e o Estado – apresenta aos trabalhadores e às trabalhadoras a possibilidade histórica de uma revolução social através do socialismo.

Ao considerar os projetos inseridos em uma sociedade de classes, é fundamental reconhecer o caráter político de toda e qualquer prática, pois, como pontuaram Teixeira e Braz (2009), todas as formas de prática são mediadas por interesses sociais e pelas contradições e lutas antagônicas entre as classes sociais, em constante conflito. Cabe, portanto, definir quais interesses serão atendidos. Baseados nos interesses da classe social a que respondem, os projetos societários apresentam estruturas flexíveis, suscetíveis a novas demandas e aspirações, podendo transformar-se de acordo com as conjunturas políticas e históricas postas pela realidade vivenciada.

Os projetos profissionais em Serviço Social seguem uma lógica similar, com estruturas dinâmicas, propícias a modificações e renovações. Eles respondem às transformações do sistema e às necessidades sociais ocasionadas pelas mudanças econômicas, culturais e históricas, além das alterações no próprio corpo profissional, que exigem adaptações contínuas no desenvolvimento teórico e prático da categoria. Esses projetos possuem múltiplas dimensões políticas, que abrangem tanto os projetos societários mais amplos quanto perspectivas mais específicas e circunscritas da profissão. No entanto, tais dimensões nem sempre são explicitadas, especialmente quando os projetos são direcionados por vieses conservadores e reacionários, o que resulta na negação das dimensões políticas, ideológicas e revolucionárias.

A construção de projetos profissionais é protagonizada por sujeitos coletivos, como profissionais, instituições de formação, docentes, pesquisadores e estudantes, que dão efetividade à profissão. Esses sujeitos são heterogêneos, com diferentes origens, posições, condições, expectativas, níveis de intelectualidade, comportamentos e opções teóricas, ideológicas e políticas. Esse é um espaço plural, onde podem surgir variados projetos profissionais, pois se trata de um ambiente de lutas e tensões, marcado pelo confronto de ideias. Como afirma Netto (2015, p. 5), “[...] sempre existirão segmentos profissionais que propõem projetos alternativos; por consequência, mesmo um projeto que conquiste hegemonia nunca será exclusivo”.

Na elaboração e consolidação de um projeto profissional, é fundamental considerar o pluralismo como elemento genuíno tanto da vida social quanto da profissão, respeitando-o sem anular o debate de ideais e, ao mesmo tempo, valorizando as hegemonias conquistadas de forma legítima. Para que um projeto adquira solidez e seja respeitado pela sociedade, entre outras profissões, tanto nas instituições privadas quanto públicas, e pelos usuários e usuárias dos serviços prestados, é essencial que exista uma base de profissionais fortemente organizada. Como define Netto:

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (Netto, 2015, p.4).

Segundo Netto (2015), o projeto profissional envolve uma imagem ideal da profissão, incluindo sua função social, os valores que lhes conferem legitimidade, seus objetivos, conhecimentos teóricos, normas, saberes interventivos, práticas, entre outros elementos. Ao considerar o pluralismo existente presente na profissão, o projeto hegemônico de uma determinada categoria propõe um acordo ou aliança entre seus membros sobre os aspectos que devem ser seguidos e defendidos. Esses aspectos são divididos em imperativos e indicativos: o primeiro corresponde aos pontos obrigatórios para todos/as que exercem a profissão, enquanto o segundo se refere aos itens sobre os quais não há consenso, não exigindo, portanto, cumprimento rigoroso por todos os/as profissionais.

A heterogeneidade que permeia a categoria profissional do Serviço Social remonta ao III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), ocorrido em 1979 e conhecido como o “Congresso da Virada”. Este evento foi numa conjuntura histórica em que os segmentos mais dinâmicos dos/as profissionais aliaram-se aos movimentos dos/as trabalhadores/as, rompendo a hegemonia do conservadorismo e instaurando o pluralismo político na profissão. Além de redimensionar a organização profissional, o congresso inseriu na pauta o marco do movimento dos trabalhadores/as brasileiros/as, caracterizado por Abramides como um momento inédito na profissão. Entre os principais marcos do CBAS destacaram-se o caráter público e coletivo, a inserção dos interesses dos/as trabalhadores/as, a dimensão sociopolítica e o rompimento com o conservadorismo.

A gênese do Projeto Ético-Político Profissional, concebido nos anos 1990, e sua orientação sociopolítica têm suas raízes nas lutas da classe trabalhadora por seus interesses imediatos, como emprego, remuneração, reforma agrária e urbana, previdência e direitos

trabalhistas, entre outros. Essas lutas, segundo Abramides (2006), estão intrinsecamente ligadas à resistência contra a ditadura e à promoção da democracia, alinhadas aos seus interesses históricos da classe trabalhadora, evidenciados nas lutas anticapitalista, anti-imperialista e socialista.

O Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social Brasileiro compreende a profissão como um resultado histórico, desenvolvido como uma modalidade de trabalho coletivo na divisão sociotécnica. Seu significado social e ideopolítico está inserido nas relações sociais entre as diferentes classes sociais e suas subdivisões, bem como em suas interações com o Estado.

Esse quase rompimento com a hegemonia conservadora que pairava sobre a profissão criou uma conjuntura propícia para a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro. A partir daí, inseriu-se na agenda da profissão a necessidade de redimensionar o ensino para alcançar uma formação profissional capaz de responder, com competência e eficácia, às demandas emergentes e tradicionais da sociedade brasileira. Em síntese, como afirma Netto (2015, p. 13), tratava-se da “construção de um novo perfil profissional”. Esse processo foi protagonizado pelas vanguardas da área, como a Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que desenvolveu uma proposta pioneira e bem-sucedida de revisão curricular, tornando-se uma referência nacional.

Esse movimento foi fundamental para que as modalidades prático-interventivas fossem ressignificadas, possibilitando o surgimento de novos campos e áreas de intervenção e a expansão da prática profissional. Isso se evidenciou pela produção de conhecimento na categoria e pelo reconhecimento das práticas profissionais por parte dos/as usuários/as.

Foi entre o final da década de 1980 e os anos 1990 que a estrutura básica do PEPSS foi consolidada. Sua estrutura é considerada “básica” por ter um caráter aberto e flexível, que mantém eixos fundamentais, sem comprometer seus objetivos, permitindo ainda a inclusão de novas questões, a apreensão de diferentes problemáticas e o enfrentamento de novos desafios. Em resumo, o PEPSS é um processo contínuo contido, com múltiplos desdobramentos. Esse projeto:

[...] tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. [...] este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. [...] a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional (Netto, 2015, p.1516).

O projeto reflete contradições que demonstram as particularidades da profissão, seus valores e princípios. Determinadas por condicionantes histórico-concretos amplas, essas contradições também representam um antagonismo em relação aos fundamentos que sustentam a ordem capitalista. São as contradições de classes que determinam a profissão, e é a partir dessas divergências que emerge a dimensão política na prática profissional. A Construção de estratégias político-profissionais contribui para definir o curso da atuação e projetar diretrizes que reforçam os compromissos ético-políticos profissionais. Nesse sentido, a defesa da democracia política pelos/as assistentes sociais é essencial para a existência do projeto ético-político da categoria.

Segundo Abramides (2006, p.32) “a direção sociopolítica do projeto profissional pressupõe um processo de lutas sociais e mobilizações de massas”, capaz de reverter a conjuntura de barbárie social imposta pelos interesses do capital. Assim, a luta pela efetivação e ampliação dos direitos sociais exige o fortalecimento de alianças com a classe trabalhadora, tanto do campo quanto da cidade, “em uma perspectiva de classe, anticapitalista, anti-imperialista e socialista no interior do processo de ruptura profissional com o conservadorismo” (Abramides, 2006, p.32). Ainda segundo essa autora, cabe à profissão e aos/as profissionais o desafio de analisar a realidade sócio-histórica, tanto na formação quanto no exercício profissional, o que implica compreender as transformações no mundo do trabalho e os rearranjos do Estado.

Para Netto (2015, p. 16) a dimensão ético-política do PEPSS é explícita, ao:

[...] se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. [...] o projeto se declara radicalmente democrático – considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida.

Diante desses pressupostos, surge a necessidade de uma formação acadêmica qualificada, que reforce o compromisso com as competências exigidas pela profissão. Esse objetivo pode ser alcançado por meio do aperfeiçoamento intelectual do/a assistente social, fundamentado em uma teoria metodologicamente sólida e crítica, capaz de oferecer análises críticas da realidade social. Trata-se de uma formação que esteja em contínua preocupação investigativa e estimule a autoformação permanente ou formação continuada.

A defesa de um novo modo de se relacionar com os/as usuários/as dos serviços prestados pelos assistentes sociais é essencial para garantir o acesso da população a esses serviços. Para isso, é indispensável a publicização dos recursos institucionais e dos instrumentos para a

democratização e universalização, criando condições para que os/as usuários/as participem das decisões institucionais.

A dimensão política existente na prática profissional, de acordo com Teixeira e Braz (2009), decorre do fato de o Serviço Social estar inserido na divisão sociotécnica do trabalho, que envolve interesses de classes contraditórias. O Projeto Ético-Político está intrinsecamente ligado aos pressupostos de projetos que visam à transformação ou conservação da ordem social.

No entanto, Teixeira e Braz (2009, p. 5-6) afirmam que:

Não há dúvidas de que o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Essa vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional põe. Ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou a outro projeto societário. Nas diversas e variadas ações que efetuamos, como plantões de atendimento, salas de espera, processos de supervisão e/ou planejamento de serviços sociais, das ações mais simples às intervenções mais complexas do cotidiano profissional, nelas mesmas, embutimos determinada direção social entrelaçada por uma valoração ética específica. As demandas (de classes, mescladas por várias outras mediações presentes nas relações sociais) que se apresentam a nós manifestam-se, em sua empiria, às vezes, revestidas de um caráter mistificador, nem sempre revelando seus reais determinantes e as questões sociais que portam, daí que essas demandas devem ser processadas teoricamente. Tendo consciência ou não, interpretando ou não as demandas de classes (e suas necessidades sociais) que chegam até nós em nosso cotidiano profissional, dirigimos nossas ações favorecendo interesses sociais distintos e contraditórios.

A mesma perspectiva é apresentada por Netto (2015), ao afirmar que o projeto está vinculado a um projeto societário divergente “ao das classes proprietárias e exploradoras”, com “raízes efetivas na vida social”. Essa sintonia com o movimento da sociedade brasileira também reflete a posição de inúmeros assistentes sociais, que foram inseridos na perspectiva profissional e reproduzem internamente na categoria.

Diante disso, apresentaremos os elementos constitutivos do Projeto Ético-Político do Serviço Social, como também os componentes que conferem materialidade à profissão através de seu processo sócio-histórico, conforme apontam Teixeira e Braz (2009, p.7-8).

- a) o primeiro se relaciona com a explicitação de princípios e valores ético-políticos;
- b) o segundo se refere à matriz teórico-metodológica em que se ancora;
- c) o terceiro emana da crítica radical à ordem social vigente – a da sociedade do capital – que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo em que exhibe uma produção monumental de riquezas;
- d) o quarto se manifesta nas lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira.

Todos os elementos constituintes se fundamentam em componentes que lhes conferem substância e materialidade, concretizando-se e manifestando-se na realidade. Esses elementos se tornam visíveis no meio social por meio de componentes específicos elaborados pelos/as próprios/as assistentes sociais, como: “a) a produção de conhecimentos no interior do Serviço Social [...]”; “b) as instâncias político-organizativas da profissão, [...]”; “c) a dimensão jurídico-política da profissão, [...]” (Teixeira; Braz, 2009, p.8-9).

A materialização dos elementos constitutivos do projeto ético-político ocorre através desses componentes. Isso permite afirmar que são esses elementos, juntamente com outros fatores que impactam a prática profissional, que possibilitam a efetiva confirmação histórica e concreta dos elementos mencionados. Esses são os instrumentos que viabilizam o projeto profissional na realidade objetiva, superando ações profissionais isoladas e restritas.

O Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social Brasileiro tem em sua base os seguintes instrumentos legais, conquistados pela própria categoria: a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993, as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS de 1996 e o Código de Ética Profissional de 1993. Esses três instrumentos sustentam a fundamentação da formação e do exercício profissional.

A seguir, serão apresentados estes três instrumentos normativos, assim como o Projeto Pedagógico da Faculdade de Serviço Social da UFPA do campus de Breves e os resultados da pesquisa de campo.

2.1 Convergências entre o pepss e o projeto pedagógico da FACSS

Para apresentar o perfil profissional proposto pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEPSS), analisaremos o Código de Ética de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993) e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. Posteriormente, examinaremos o Projeto Pedagógico da Faculdade de Serviço Social (FACSS) de 2017, com objetivo de verificar sua consonância com os princípios do PEPSS.

A intensificação do debate sobre ética no Serviço Social no final de 1970 foi motivado por mudanças teórico-metodológicas promovidas pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), impulsionado por profissionais, movimento estudantil e instituições de formação. Esse contexto resultou na revisão dos códigos de ética anteriores – de 1947, 1965 e 1975 –, que estavam vinculados à perspectiva conservadora. Tal Processo culminou no CE de 1986, que representou um marco significativo na trajetória da profissão, orientado pela perspectiva de emancipação humana e política dos sujeitos. Esse código se configurou como um ponto

significativo de ruptura com valores conservadores e como uma posição crítica às relações sociais de produção e reprodução do sistema capitalista. Conforme destaca Vila (2024, p.125):

Apesar do Código de Ética Profissional de Assistentes Sociais de 1986 se consolidar como um marco histórico na redefinição de conceitos e reformulação de valores éticos no interior da profissão, marcadamente pela perspectiva de ruptura com os valores conservadores da gênese da profissão e pelo posicionamento crítico sobre as relações sociais de produção e reprodução do sistema capitalista e se colocar objetivamente ao lado da classe trabalhadora, é necessário e fundamental avançar nas pautas realmente comprometidas com a nossa perspectiva emancipadora e de ruptura com o conservadorismo que se anunciava.

Na década de 1990, as concepções que ganharam destaque no código de 1986 são mais fortalecidas e ampliadas, impulsionadas pela reestruturação produtiva e reforma do Estado que impactou significativamente no aumento das transformações na produção e reprodução da vida social. Para responder a esses rearranjos, novas configurações foram criadas para o enfrentamento da questão social, que representam outras demandas profissionais que se manifestam nesse cenário contemporâneo. Sendo inclusive, necessário para esses novos meios de embate a alteração ou reordenamento das relações entre público e privado.

O trabalho do(a) assistente social também foi afetado por essas transformações, resultado da mudança na divisão sociotécnica do trabalho em âmbito mundial, devido a isto o CEP de 1986 passou por revisão para que fosse possível atender a essas novas requisições, como também romper de fato com o conservadorismo e propor, defender uma nova ordem societária sem exploração de classe, gênero, etnia e dominação que resultou no Código de Ética Profissional (CEP) aprovado em 13 de março de 1993, instituído através da resolução CFESS nº 273 de 1993.

O CEP de 1993 rompeu com a hegemonia do conservadorismo profissional, centralizando na defesa intransigente dos direitos humanos, respeitando o pluralismo, sem discriminação por questões de gênero, religião, orientação sexual, classe social, etc. É o atual instrumento normativo da categoria que norteia a prática profissional, referente aos princípios éticos, morais, direitos humanos dos(as) usuários(as), da relação com outros(as) profissionais e com as entidades.

No CEP de 1993, especificamente no Art. 5 são elencados os deveres que o(a) assistente social deve ter na sua atuação, com os(as) usuários(as) dos serviços prestados, elementos que constituem o perfil de um(a) profissional que atue condizente com este código. Os deveres são:

- a** - contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;
- b** - garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências

das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardados os princípios deste Código;

c - democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as;

d - devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;

e - informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos;

f - fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional;

g - contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados;

h - esclarecer aos/às usuários/as, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.

No mesmo ano de 1993, no dia 7 de junho é promulgada a Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social, nº 8.662 dispondo sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Nesta referida lei fica assegurado a legitimidade do exercício da profissão no país, quem poderá exercer, a duração em horas semanais a ser trabalhado, o que compete aos conselhos federal e regionais de Serviço Social, além desses, destaca as competências e as atribuições privativas do(a) assistente social.

As competências estão descritas nos incisos do Art.4º:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

IV - (Vetado);

V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;

VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;

XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Apresentadas as competências, é necessário sinalizar que as mesmas são ações que podem ser desenvolvidas por assistentes sociais, porém não são exclusivas dessa profissão, podendo profissional de outra área executá-las.

Diferentemente das atribuições privativas que são exclusivas da categoria, podem ser desenvolvidas, executadas, ocupadas por assistentes sociais devidamente formados (as) por instituições protocoladas legalmente e também devidamente registrados(as) no conselho da categoria profissional. De acordo com a Lei de Regulamentação as atribuições privativas estão elencadas nos incisos do Art. 5º:

- I** - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;
- II** - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;
- III** - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;
- IV** - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;
- V** - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;
- VI** - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;
- VII** - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;
- VIII** - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;
- IX** - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;
- X** - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;
- XI** - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;
- XII** - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;
- XIII** - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

Os artigos 4º e 5º da Lei de Regulamentação são fundamentais para compreensão do perfil profissional desejável, principalmente no que se refere à distinção entre competências e atribuições privativas. Esses artigos orientam o exercício profissional, independentemente do espaço sócio-ocupacional em que se atua, e fornecem diretrizes claras para as intervenções dos(as) assistentes sociais. Na apresentação dos resultados da pesquisa de campo, os incisos destes artigos serão apresentados, demonstrando como estão sendo desenvolvidos pelos(as) egressos(as) da FACSS que estão atuam ou já atuaram como assistentes sociais.

Após a promulgação do Código de Ética Profissional e da Lei de Regulamentação da profissão, ambos em 1993, foram aprovadas, em 8 de novembro de 1996, as atuais Diretrizes Curriculares Gerais da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)

para o Curso de Serviço Social. Essas diretrizes têm como objetivo a construção contínua de conteúdos teórico-ético-político-culturais organizados de forma flexível, e dinâmica, fundamentados na complexidade da vida social. Seu propósito é assegurar uma qualidade de formação profissional de qualidade, capaz de proporcionar uma base teórica sólida para intervenção nas múltiplas expressões da questão social, considerando suas especificidades. Além disso, o projeto de formação profissional direcionado por essas diretrizes se sustentam em uma crítica radical a todas as formas de opressão e exploração geradas pelo sistema capitalista.

Nesse contexto, a proposta para a formação profissional é estruturada com foco na perspectiva da totalidade social e organizada em três núcleos de fundamentação, indissociáveis do ponto de vista didático-pedagógico. São eles: Núcleos de fundamentos teórico-metodológico da vida social; Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; Núcleos de fundamentos do trabalho profissional.

À medida em que estes três núcleos congregam os conteúdos necessários para a compreensão do processo de trabalho do assistente social, afirmam-se como eixos articuladores da formação profissional pretendida e desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzida às matérias e disciplinas. Esta articulação favorece uma nova forma de realização das mediações – aqui entendida como a relação teoria-prática – que deve permear toda a formação profissional, articulando ensino-pesquisa-extensão (CFESS, p.27)

A indissociabilidade desses núcleos é essencial para apreender a base que sustenta a profissão e que articula os conteúdos da formação. Essa articulação é viabilizada por conteúdos curriculares interligados, que possibilitem apreender, em diferentes níveis, tanto a realidade social quanto a realidade profissional. Além disso, possibilita a compreensão da gênese e das manifestações da questão social, bem como a capacidade de enfrentar suas múltiplas expressões. A integração desses conteúdos é fundamental para aprofundar o conhecimento e subsidiar a intervenção profissional de maneira fundamentada na realidade vivenciada.

A proposta de formação profissional estabelecida pela ABEPSS, por meio das Diretrizes Curriculares de 1996, proporciona a flexibilidade necessária para adaptar os conteúdos do desenho curricular à realidade concreta e vivenciada. Essa flexibilidade permitiu particularizar os conteúdos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) das faculdades de Serviço Social, considerando as especificidades territoriais e sociais de cada região. Tal adaptação, prevista nas Diretrizes, é determinante para definir perfil profissional almejado, dependendo do grau de comprometimento das instituições de ensino com a qualidade e a formação crítica dos futuros

profissionais.

O Projeto Pedagógico da Faculdade de Serviço Social (PPC-FACSS) de 2017, deve ser entendido na realidade do *Campus* Universitário de Breves, localizado na região do Marajó, pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Este PPC da FACSS, busca formar profissionais alinhados ao perfil de egressos(as) descrito no Parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CES nº 492 de 2001. Esse perfil enfatiza competências e habilidades essenciais para responder às demandas específicas da realidade social em que a formação ocorre:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. (p.13).

Tendo o exercício ou atuação profissional norteada pelo Código de Ética de 1993, Lei de Regulamentação de 1996, com capacidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para intervir criticamente na realidade profissional que está inserido(a).

3 A FACSS-BREVES E O PERFIL PROFISSIONAL NO MARAJÓ

3.1 Metodologia

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado “*Perfil Profissional e Formação Crítica de Assistentes Sociais: Contribuição da FACSS – Breves no Marajó*” é resultado de uma pesquisa ampliada com base no plano de trabalho “O processo formativo na Faculdade de Serviço Social de Breves da UFPA: a importância da apreensão das particularidades regionais.” Plano de trabalho vinculado ao projeto de pesquisa intitulado “Fundamentos do Serviço Social: memórias, contextos e tendências da profissão no Marajó (MEFSS-Marajó)”, no qual atuei como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). O objetivo central deste TCC foi analisar como as estratégias pedagógicas de ensino, pesquisa e extensão adotadas pela FACSS-Breves/UFPA contribuem para a formação de assistentes sociais com um perfil profissional alinhado ao Projeto Ético-Político do Serviço Social – PEPSS.

O estudo foi desenvolvido em duas etapas principais. A primeira consistiu em uma revisão bibliográfica da literatura pertinente, que permitiu uma análise aprofundada de textos sobre o PEPSS, o perfil profissional preconizado pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 e pelo Projeto Pedagógico da FACSS-Breves e a proposta pedagógica do Curso de Serviço Social da FACSS-Breves. Essa etapa foi essencial para fundamentar teoricamente a pesquisa e

contextualizar o objeto de estudo.

Na segunda etapa, foi realizada uma pesquisa de campo, que envolveu entrevistas semiestruturadas com duração média de 1 hora a 1 hora e 30 minutos. O roteiro de entrevistas, composto por 10 (dez) perguntas e aplicado a egressos(as) da FACSS-Breves, abrangendo as 2 (duas) primeiras turmas ingressantes em 2009 e 2010 e as 2 (duas) últimas concluintes, ingressantes nos anos de 2016 e 2017. A seleção dos(as) participantes seguiu critérios previamente estabelecidos, como paridade de gênero (um homem e uma mulher por turma, sempre que possível) e experiência profissional na área de Serviço Social. Contudo, devido à indisponibilidade de um participante masculino de uma das turmas, optou-se pela inclusão de outra mulher, garantindo a representatividade de dois entrevistados(as) por turma, totalizando 8 participantes.

A seleção dos(as) entrevistados(as) foi realizada a partir dos(as) egressos(as) que participaram de um questionário aplicado no âmbito do projeto de pesquisa MEFSS-Marajó, coordenado por minha orientadora, em etapa anterior às entrevistas deste TCC. Esse questionário ofereceu um panorama inicial sobre o perfil dos(as) egressos(as), contribuindo para a definição dos(as) entrevistados(as).

As entrevistas foram realizadas no período entre 11 de julho de 2024 a 20 de Setembro de 2024 que teve como objetivo captar a percepção dos(as) egressos(as) sobre o processo formativo vivenciado na FACSS-Breves e sua articulação com o exercício profissional, possibilitando a análise do alinhamento entre o conteúdo pedagógico do curso e os princípios do PEPSS. As questões do roteiro abordaram, entre outros temas, o Código de Ética da profissão, a Lei de Regulamentação, as Diretrizes Curriculares, o Projeto Pedagógico do Curso e sugestões para melhorias na formação oferecida pela FACSS-Breves.

As entrevistas foram concedidas após concordância e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, que explicou aos(as) participantes da pesquisa como correria, a justificativa, os objetivos e os procedimentos da entrevista, assegurando ao(a) entrevistado(a) o conhecimento para que será utilizado as informações fornecidas por eles(as), os termos de confidencialidade de suas identidades e autonomia que teriam em se recusar a responder qualquer pergunta que lhe gerasse desconforto ou algo parecido, em resumo, que teriam seus direitos respeitados. Com a assinatura do TCLE (todos(as) os(as) participantes dessa pesquisa assinaram), autorizaram a pesquisadora usar os dados fornecidos para análise e produção desse Trabalho de Conclusão de Curso.

A proposta de entrevistar egressos(as) tinha como objetivo principal coletar dados a partir da percepção de sujeitos que vivenciaram o processo formativo na referida faculdade e

que já tiveram contato com espaços sócio-ocupacionais, colocando em prática conhecimentos adquiridos durante a graduação.

O roteiro de entrevista possui uma parte objetiva para mapear o perfil de autoidentificação dos(das) egressos(as) em relação a idade, identidade de gênero, pertença étnico-racial, participação em projetos durante a graduação na FACSS e inserção laboral no dia da entrevista. O roteiro previa 10 (dez) perguntas, todas realizadas durante as entrevistas. Contudo, ao analisar os dados coletados, decidiu-se que, para fins deste trabalho, que seriam examinadas apenas 5 (cinco) perguntas. O material coletado nas entrevistas revelou-se tão rico e extenso que não seria viável apresentar todos os dados no TCC, respeitando o limite de tamanho estabelecido para essa natureza. Ainda assim, as perguntas retiradas não serão descartadas, serão analisadas para elaboração de artigos para publicação em revistas ou anais de eventos, com intuito de divulgar os resultados alcançados.

Os dados ou material coletado nas entrevistas concedidas pelos(as) egressos(as), foram fundamentados e analisados com base na teoria social de Karl Marx, que tem sua raiz na compreensão da sociedade burguesa, num estágio de consolidação do modo de produção capitalista, procurando compreender as contradições sociais postas nas relações estabelecidas entre o capital e o trabalho. Endente-se que esta teoria contribuiu para análise do objeto de estudo proposto, desvendando suas determinações sócio-históricas, a partir de uma análise crítica da realidade social, em sua totalidade. Nesse sentido, o método do materialismo histórico-dialético, propiciou apreender as mediações do mencionado objeto de estudo, ultrapassando o aparente na busca do concreto pensado.

Portando, com intuito de assegurar a confidencialidade das identidades dos entrevistados e das entrevistadas, adotaremos alguns nomes de municípios que compõem o arquipélago marajoara como pseudônimos para cada um(a), sendo estes: Afuá, Anajás, Muaná, Gurupá, Portel, Bagre, Soure e Melgaço.

3.2 Articulação entre formação e prática profissional: percepção dos(as) egressos(as) da FACSS – Breves

Nas seções anteriores, apresentou-se a construção dos projetos societários, indicando a quais interesses estão vinculados, o que defendem e a qual projeto o Serviço Social se vincula hegemonicamente: o projeto societário alinhado aos anseios e interesses da classe trabalhadora, na busca de uma nova ordem societária. Também foi realizada uma breve apresentação do Projeto Ético-político do Serviço Social, fundamentado no Código de Ética de 1993, na Lei de

Regulamentação da Profissão de 1993 e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, que estabelecem a proposta de formação necessária para alcançar o perfil profissional desejável, apto a intervir em consonância com o projeto societário defendido de forma hegemônica pela categoria. Ainda, abordou-se o Projeto Pedagógico da Faculdade de Serviço Social de Breves (PPC-FACSS 2017).

Mediante essas apresentações necessárias para sustentar o estudo, segue-se agora a discussão em torno dos dados obtidos por meio de entrevistas realizadas com egressos(as) da FACSS-Breves que estão atuando ou já tiveram experiência como assistentes sociais. O principal objetivo foi analisar, a partir de suas percepções, como a proposta de formação apresentada no PPC está sendo implementada e se está em consonância com o PEPSS, articulando teoria e prática.

3.2.1 Perfil de autoidentificação e inserção sócio-ocupacional dos(as) egressos(as)

Para traçar o perfil dos(as) egressos(as) da FACSS-Breves, foram direcionadas perguntas objetivas sobre idade, identidade de gênero, orientação sexual, pertença étnico-racial, participação em projetos de pesquisa e extensão, e espaço sócio-ocupacional. Os dados demonstram que dos(as) os 8(oito) participantes da pesquisa tem idade entre 28 a 41 anos, desses(as), 3(três) equivalente a 37,5% declararam ser homem cisgênero e 5(cinco) correspondendo a 62,5%, se autodeclararam ser mulher cisgênero, outras expressões de gênero não foram constatadas e sobre a orientação sexual 100% declaram ser heterossexual. Esses dados refletem parcialmente com os mapeados pelo CFESS em 2022 para traçar o “perfil profissional de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional”, onde 92,92% se identificaram com o gênero feminino, 6,97% com o gênero masculino e 0,10% outras expressões de gênero.

A porcentagem expressiva dos que informaram ser do gênero masculino nesta pesquisa pode ser justificada porque um dos critérios foi assegurar a paridade de gênero, no entanto, numa pesquisa mais ampliada realizada por Silva e Nogueira (2024), para traçar o perfil de egressos da FACSS-Breves, que alcançaram 53 respondentes e desses 30,2% autodeclararam ser do gênero masculino e 69,8% do gênero feminino. As mesmas autoras explicam que apesar do predomínio de mulheres no Serviço Social ser uma tendência histórica, na FACSS-Breves no Marajó apresenta uma outra realidade desde a primeira turma a presença de pessoas do gênero masculino é significativo. Silva e Nogueira (2024) justificam que essa realidade está associada ao fato de o curso de “Serviço Social ser o único bacharelado oferecido no campus e

a necessidade da mesorregião marajoara de melhorar seus indicadores sociais por meio de políticas públicas, e o assistente social possui papel relevante nelas” (p.8).

Em relação a pertença étnico-racial, 4 (quatro) autodeclararam preto (a) equivalente a 50%, 2 (dois) pardo (a) correspondendo 25%, 2 (dois) branco (a) proporcional a 25%, somando os(as) autodeclarados(as) preto(a) e pardo(a) totalizam 75%, essa porcentagem é confirmada na pesquisa ampliada realizada por Silva e Nogueira (2024) que foi de 83,3%, superiores à porcentagem mapeada pelo Cfess (2022) que foi de 50%. Essa diferença percentual existente dos assistentes sociais egressos da FACSS-Breves com relação ao quantitativo nacional, justifica-se por 75,1% das pessoas autodeclaradas pardas e pretas estarem localizadas na Amazônia legal e 67,87% na região Norte (IBGE, 2022).

Outro aspecto mapeado foi a existência de participação dos(as) egressos(as) em projetos de pesquisa e extensão durante a graduação, dos 8 (oito) participantes da pesquisa, 6(seis) disseram ter participado e 2(dois) responderam “não”. O objetivo foi identificar a materialização de um dos princípios para a formação profissional tipificado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, que é a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que consta também no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da FACSS-Breves. A indissociabilidade dessas três dimensões e a materialização delas no processo formativo, promove uma formação crítica e reflexiva, aproxima universidade e sociedade, contribui para desenvolvimento teórico e prático, capacitando para intervenção e apreensão das demandas sociais.

O mapeamento do espaço sócio-ocupacional que os(as) egressos(as) estão inseridos(as) foi realizado com objetivo de revelar onde estão atuando e o tempo de experiência profissional, que oscilaram entre 4 (quatro) meses a 11 (onze) anos. Assim, 2 (dois) atuam no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS; 1(um) atua e 1(um) atuou no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS; 1(um) atua na Secretaria de Assistência social; 1(um) atua no Hospital Municipal; 1(um) atua no Centro de Práticas Integrativas e Complementares e no Hospital de Emergência; 1(um) na Assembleia Legislativa do Estado do Amapá. Dos 8(oito) egressos(as), 6(seis) são assistentes sociais em municípios do Marajó e 2(dois) atual em outros estados, esses dados são importantes porque revelam a contribuição da FACSS-Breves na formação de profissionais que serão inseridos para atuar na própria região e a importância de discutir as particularidades regionais sem perder o foco da historicidade da totalidade para instrumentaliza-los profissionalmente de conhecimentos das demandas do lugar que vivenciam.

A diversidade de espaços sócio-ocupacionais em políticas públicas distintas é relevante para essa pesquisa, porque permitiu apreender como ocorre o cotidiano profissional a partir de várias percepções, além disso, como articulam teoria e prática nas suas intervenções e o tempo de atuação possibilitou entender a familiaridade que o profissional já adquiriu naquela política, com as demandas, com a rotina institucional e a expertise profissional. Outros aspectos que a atuação dos(as) egressos(as) nesses espaços sócio-ocupacional proporcionam entender como ocorre a efetivação das três dimensões do Serviço Social, teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, que significa materialização do Projeto Ético-Político da categoria em políticas públicas diferentes alinhados com perfil profissional proposto pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS e pelo Projeto Pedagógico da FACSS-Breves.

Entretanto, em síntese, o perfil do(as) egressos(as) da FACSS-Breves são pessoas com idade entre 28 a 41 anos, na sua maioria autodeclaradas pretas e pardas, maioria do gênero feminino, seguindo uma tendência histórica nacional, que participaram de projetos de pesquisa e extensão e com vínculo empregatício em municípios que compõem o arquipélago marajoara. Esse último revela um dado importante, significa que os(as) egressos(as) formados(as) pela FACSS-Breves estão atuando na própria região, contribuindo através de suas práticas na formulação, efetivação e avaliação de políticas públicas.

3.2.2 A prática profissional dos(as) egressos(as) e o PEPSS

3.2.2.1 Competências e atribuições privativas no cotidiano profissional

O Serviço Social é uma profissão essencialmente interventiva, tendo como objeto de intervenção a questão social em suas múltiplas expressões provenientes das relações de trabalho presente no sistema capitalista. O trabalho de assistentes sociais é fundamentada a partir de três dimensões que compõem as competências profissionais, a Competência Ético-Política, Competência Teórico-Metodológico e Competência Técnico-Operativa. Essas precisam ser usadas de forma articuladas, se complementando, dando sustentabilidade para o desenvolvimento do trabalho profissional. Em resumo Santos (2022, p.6) define as três:

[...] A competência teórico-metodológica corresponde ao vetor teórico marxista utilizado pela profissão para realizar leituras da realidade; a competência técnico-operativa corresponde ao modo como utilizo esse conhecimento, por exemplo, em uma abordagem individual mediante uma entrevista ou em uma abordagem coletiva com um grupo. E a competência ético-política condiz com a teleologia emancipatória e revolucionária que direciona o trabalho profissional [...].

Partindo dessa compreensão, as três dimensões perpassam pelo processo formativo de assistentes sociais, para então estarem presentes nas suas intervenções nos múltiplos espaços sócio-ocupacionais que demandam do profissional de Serviço Social. Mediante o exposto, segue-se associando essas considerações que compõem o perfil profissional para analisar criticamente os resultados obtidos na pesquisa de campo.

No decorrer deste trabalho, apresentou-se uma abordagem baseada na revisão bibliográfica, que será associada aos dados obtidos por meio das entrevistas realizadas na pesquisa de campo. As duas primeiras perguntas aplicadas abordaram a discussão das competências e atribuições privativas do(a) assistente social, respectivamente nos Art. 4º e Art. 5º da Lei de Regulamentação da Profissão. Solicitou-se aos(as) entrevistados(as) que selecionassem as atividades que desenvolvem ou desenvolveram em seu cotidiano profissional e que comentassem como realizam ou realizaram essas ações.

Matos (2015, p. 680) afirma que a concepção de profissão que possui como horizonte o PEPSS, que “[...] se forja na ruptura com o conservadorismo”, que ganha materialidade nas competências profissionais e atribuições privativas de assistentes sociais, que por sua vez, conferem o caráter específico de sua atuação e delineiam o perfil profissional exigido. Assim, as atribuições privativas consistem em prerrogativas exclusivas, ou seja, atividades que somente assistentes sociais podem desenvolver. Já as competências correspondem às ações que podem ser realizadas por profissionais de outras áreas, embora algumas delas também sejam atribuídas ao campo de atuação do Serviço Social. Matos (2015), ao citar o parecer de Terra (2000), explica que as repetições contidas nas competências que constam nas atribuições privativas, indicam que estas prevalecem como exclusivas do assistente social.

O Art. 5º da Lei de Regulamentação da Profissão, nº 8.662/1993, descrito por Matos (2015, p.689) como uma “conquista da organização política da profissão”, elenca 13 (treze) incisos que tratam das atribuições privativas do(a) assistente social. Entre essas, o entrevistado Bagre (2024) destacou que desenvolve ou já desenvolveu atividades relativas aos incisos I, II, III, IV, X, XI, XII e XIII do Art. 5º da Lei 8662/1993 em diferentes espaços sócio-ocupacionais. No atual espaço sócio-ocupacional, ao ser questionado sobre as atividades desenvolvidas, o entrevistado mencionou: “Assessoria e consultoria a órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social”, que está prevista como atribuição privativa no Inciso III, do Art. 5º da Lei 8.662/1993. O entrevistado detalhou:

Eu sou analista da Assembleia Legislativa, [...] na minha área de formação em Serviço Social. Então eu acho que [...] de certo modo em algumas demandas eu acabo prestando uma assessoria e consultoria aos parlamentares. [...] que no caso seria pra

administração pública, [...] uma vez que são agentes públicos, aos parlamentares [...] em assuntos que são correlatos a minha área de formação. Por exemplo [...] quando parlamentares fazem visitas institucionais [...], inclusive a gente fez uma recente numa unidade de saúde. Então eu sempre acompanho parlamentares, a gente [...] contribuir dessa forma fazendo assessoria. Esclarecendo alguns pontos que não é de conhecimento deles. Colocamos o ponto de vista da profissão [...] E até da própria política em si pra que eles tenham [...] esclarecimentos, tenham condição de fazer avaliação da política e daquela unidade que os serviços são prestados e a partir daí [...] na condição de parlamentar ter a sua iniciativa, ter a sua atuação parlamentar da melhor forma possível a partir da nossa orientação e da assessoria e da consultoria (Entrevistado Bagre, 2024).

Diante do exposto, é possível notar como o referido egresso põe em prática sua atribuição privativa e a importância da sua atuação nesse espaço, sendo o agente com domínio teórico e prático para prestar serviços relacionados a assessoria e consultoria de forma a contribuir para o norteamento de outros sujeitos públicos, que atuam diretamente nas formulações e propostas de políticas públicas, em assuntos relacionados a matéria do Serviço Social.

Segundo Goerck e Viccari (2004, p. 6) “a assessoria pode ser considerada, apesar da incipiência de sua utilização como instrumento ou atividade da categoria profissional, um novo espaço de intervenção do Serviço Social”. Essa perspectiva é corroborada pela fala do entrevistado Bagre, que relatou prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, embora ainda seja uma atribuição em desenvolvimento no campo do Serviço Social, a assessoria é reconhecida como um importante instrumento de trabalho profissional.

Esta atribuição está em consonância com as orientações do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS e dos Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS, que consideram a assessoria um instrumento de trabalho profissional do(a) assistente social que podem “[...] acompanhar processos de trabalho da organização e / ou de grupos, apontando possibilidades, limites, alternativas no projeto pretendido. Deve contribuir para a leitura da realidade, o que facilita traçar o planejamento” (CRESS 10ª Região, 1999, p. 68). Além da atribuição de assessoria e consultoria, o egresso também destacou que no seu cotidiano de trabalho também desempenha atividades compatíveis com o inciso IV, Art. 5º da Lei 8.662/1993: “Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social”, como verifica-se a seguir a partir da fala do Entrevistado Bagre.

O entrevistado explicou sua atuação no Departamento de Comissões da Assembleia legislativa, destacando as responsabilidades nesse setor:

Aqui na Assembleia eu sou lotado no departamento de comissões. O departamento de comissões ele é um departamento que é responsável por fazer [...] os pareceres, as análises técnicas [...] que nada mais é do que o voto dos deputados que são relatores

dos projetos de lei, por exemplo [...] tem a CCJ [...], que é a Comissão de Constituição e Justiça e tem as comissões que a gente chama de comissão de mérito. São as comissões que discutem o mérito dos projetos de lei ordinários e os outros projetos de leis também [...] que entram na casa, que são propostas pelos deputados (Entrevistado Bagre, 2024).

Além disso, ele destacou seu papel técnico no processo de análise e pareceres:

Nas comissões de méritos que são correlatos a minha formação, [...] normalmente eu sou o técnico que faço a análise. Então nesse caso a gente faz [...] a análise e fazemos o parecer, esse parecer ele é uma opinião técnica nossa, mas quando ele é apresentado [...], ele é apresentado como se fosse o voto do relator, ou seja, o voto do deputado [...] (Entrevistado Bagre, 2024).

O entrevistado Bagre (2024), também enfatizou sua autonomia na elaboração dos pareceres e a importância de respeitar os princípios éticos da profissão:

[...] eu tenho a autonomia de imprimir [...] naquele parecer a minha opinião sobre aquela matéria. [...] analisar a lei, analisar as propostas de artigos, [...] tudo que é objeto em si, [...] o mérito da proposta e a partir dali eu produzo o meu parecer [...] em forma de relatório e no caso parecer é o voto do relator, [...]. E o deputado ele não é em tese, ele não é obrigado a seguir [...] aquilo que eu estou dizendo, aquilo que eu escrevi pra ele como parecer, [...]. Então normalmente a gente faz o parecer, aí é encaminhado pro gabinete, o deputado tem conhecimento, se ele tiver de acordo, ele leva normalmente pra pauta da comissão e aí ele apresenta como parecer dele[...].

Por fim, ele comentou sobre os ajustes solicitados pelos deputados e como lida com questões éticas nesses casos:

Às vezes tem ocasiões em que o deputado [...] quer que faça ajustes e tudo mais. Se tiver dentro dos princípios éticos da minha profissão [...] aí eu só faço as alterações que forem necessárias. Se tiverem totalmente contrários aos princípios éticos da minha formação, aquilo que eu acredito [...] como condição política ideal. [...] eu me posiciono tecnicamente e digo que aquilo eu não posso fazer daquela forma. [...] E normalmente aí a coordenação do setor vai tomar uma outra iniciativa. Vai a demanda pra um outro técnico ou o próprio gabinete do deputado vai fazer o parecer e o voto do relator (Entrevistado Bagre, 2024).

É notório, a partir da fala deste profissional, a execução da respectiva atribuição privativa. Além disso, destaca-se sua consciente defesa dos princípios éticos da profissão, evidenciando sua compreensão aprofundada das dimensões de sua atuação profissional e da importância de posicionar-se criticamente para defendê-las e assegurar sua efetividade diante das situações postas no cotidiano profissional.

A produção de documentos e emissão de opiniões técnicas no Serviço Social, através de inúmeros registros, como relatórios, informes, pareceres, laudos e manifestação de opinião técnica, seja de forma escrita ou verbal, acerca das múltiplas expressões da questão social. De

acordo com o CFESS (2022, p.16), “[os documentos] vinculam-se às atribuições e competências profissionais de assistentes sociais, dizem sobre a área e o conhecimento a ela inerente, e revelam a direção social do projeto ético-político da profissão”. Esta produção de manifestação técnica na área do Serviço Social, requer a consideração da indissociabilidade entre as dimensões que fundamentam o projeto profissional da categoria: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, visando a totalidade na constituição do fazer profissional. Assim, a fala do entrevistado Bagre reforça as orientações do CFESS (2022), ao evidenciar que a opinião técnica consiste em uma manifestação fundamentada em conhecimento científico.

Com relação à mesma questão (sobre atribuições privativas), a Entrevistada Afuá (2024) selecionou os Incisos II e XII do Art. 5º da Lei 8.662/1993, e na que trata sobre: “Planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social” (Lei 8.662/1993, Art. 5º, Inciso XII) relatou que:

Mesmo na ponta a gente planeja [...] o nosso serviço durante o ano. Então a equipe se junta para fazer esse planejamento. Aí planeja. Todo o nosso serviço e atualiza os nossos protocolos de fluxograma do serviço pra não se misturar com as outras categorias. Mesmo a gente trabalhando em equipe multi. Mas precisa deixar [...] bem claro o que é o nosso fazer, porque senão a gente vai fazer tudo (Entrevistada Afuá, 2024).

A Entrevistada Afuá atua na política pública de saúde, um dos espaços sócio-ocupacionais que, segundo estudos e relatos de experiência, apresenta significativos desafios para o(a) assistente social. Um dos principais obstáculos está relacionado ao reconhecimento do seu fazer profissional por outros profissionais exclusivos da saúde. Essa dificuldade decorre, em muitos casos, de visões ou interpretações equivocadas sobre as atribuições do(a) assistente social, uma situação que também se repete em outros espaços sócio-ocupacionais.

A entrevistada Afuá, afirma ainda que é importante delimitar nitidamente o seu fazer profissional desde o planejamento das ações, mesmo quando inserida em uma equipe multiprofissional. A necessidade faz-se necessária para demarcar o que compete ao(a) assistente social.

Ainda no que se refere às atribuições privativas, a Entrevistada Anajás (2024) elegeu os Incisos I, II, XII do Art. 5º da Lei 8.662/1993, que desenvolvia no espaço sócio-ocupacional que trabalhava e traçou o seguinte comentário:

[...] no CREAS não é diferente, tem seu planejamento anual, [...]. E dentro do planejamento anual a gente trabalha com as campanhas municipais e nacionais. E aí dentro dessas campanhas a gente faz aí esses pontos que eu coloquei, [...] nós reunimos com a equipe, [...] no sentido de organizar como serão executados os

projetos, [...] pontuar o que será realizado pra então sistematizar, organizar direitinho pra então partir pra execução (Entrevistada Anajás, 2024).

A Entrevistada Anajás apresenta brevemente as principais atribuições privativas que executava na sua experiência profissional, destacando como procedia o planejamento das ações, para executá-las posteriormente. As duas entrevistadas, Afuá e Anajás trazem o planejamento no seu cotidiano profissional, de acordo com as suas particularidades do espaço sócio-ocupacional que atuam, sobre o planejamento no trabalho de assistentes sociais, Santos (2022, p.7), resulta de um “recorte da realidade social” que são postas enquanto “demandas nos espaços ocupacionais”, que tem como objetivo “elaborar estratégias, instrumentos, técnicas e conhecimentos” com intuito de desvelar a “realidade e intervir nas refrações da questão social”, que são manifestadas por meio da vida dos(as) usuários(as), “que no processo de trabalho institucional aparecem de modo procedimental e atomizadas da totalidade das relações de produção no capitalismo.” (Santos, 2022, p.6).

Seguindo, o Entrevistado Soure (2024) que atua no Hospital Municipal, mencionou apenas o Inciso XII que se enquadra ou consegue desenvolver, “Dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas” (Lei 8.662/1993, Inciso XII). Sobre as atribuições Soure faz um comentário geral no âmbito hospitalar.

[...] Não é da nossa [...] atribuição [...] exercendo no âmbito hospitalar [...] coisas referentes [...] a regulação, no sistema da regulação. Não é nossa, só que infelizmente a direção, no caso as chefias, não sei o que acontece que eles sempre direcionam o assistente social pra essa função, apesar de a gente saber que não tem nada haver com a nossa atribuição ou competência [...] porém eles insistem em colocar, então eu também trabalho dessa forma, na regulação dos pacientes pra outros municípios (Entrevistado Soure, 2024).

O Entrevistado Soure explicita na sua fala, o que Faleiros (1997) exhibe no seu livro “Saber Profissional e Poder Institucional”, a amplitude que o(a) profissional pode ter para realizar intervenções mais aprofundada, abarcando demandas que passam despercebidas por outros profissionais, porém, esbarra nos limites institucionais. “[...] O que mais se observa é a acomodação, os profissionais passam a acomodar-se às instituições, [...] transformando-se em simples executores, sem nenhuma reação, acomodando-se totalmente às funções determinadas pelas normas institucionais” Faleiros (1997, p.6).

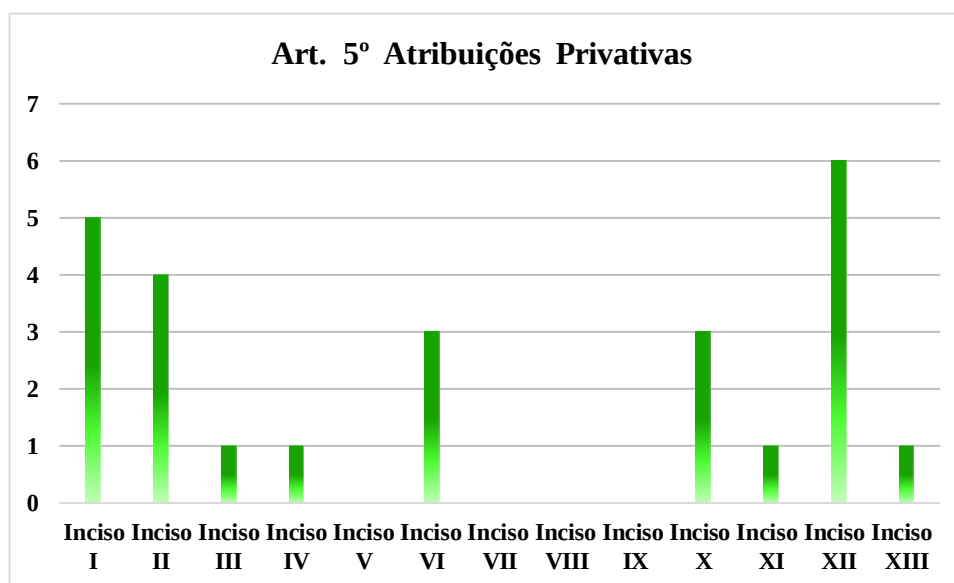
A entrevistada Muaná (2024) que atua no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, citou os Incisos II, VI, XIII, do Art. 5º da Lei 8.662/1993 que estão presentes na atuação profissional. Enquanto a entrevistada Gurupá (2024), assistente social da Secretaria de Assistência Social, elegeu somente o Inciso I, das atribuições privativas. O entrevistado

Melgaço (2024), que é o assistente social no Centro Especializado de Assistência Social - CREAS, selecionou os Incisos I, VI e X do Art. 5º da Lei 8.662/1993. Por fim, a entrevistada Portel (2024) que trabalha no CRAS, relacionou os Incisos I, II, VI, X e XII do Art. 5º da Lei 8.662/1993.

O intuito de trazer o Art. 5ª da Lei de Regulamentação da Profissão, foi para compreender quais as mais frequentes na atuação profissional dos(as) egressos(as), como desenvolvem e como se posicionam em defesa do seu fazer profissional. Levando em consideração a importância da defesa das atribuições privativas, que são exclusivas da categoria, resultado de um processo de luta, de profissionais, instituições de ensino, estudantes, para conquistá-las, podendo serem desenvolvidas em qualquer espaço sócio-ocupacional.

A seguir apresenta-se um gráfico para demonstrar quais as atribuições foram selecionadas pelos(as) egressos(as).

Gráfico 1 – Atribuições Privativas, Art.5º da Lei nº 8.662/1993 desenvolvidas pelos(as) egressos(as) da FACSS.



Fonte: Elaboração da autora, a partir da pesquisa de campo, 2024.

Legenda:

- (I)** - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;
- (II)** - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;
- (III)** - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;
- (IV)** - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;
- (V)** - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;
- (VI)** - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;
- (VII)** - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;
- (VIII)** - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;

- (IX) - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;
- (X) - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;
- (XI) - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;
- (XII) - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;
- (XIII) - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

O gráfico 1 expressa as atribuições privativas que os egressos e as egressas manifestaram desenvolver nos espaços institucionais que atuam enquanto assistente social. O inciso XII foi selecionado 6 (seis) vezes, seguido do inciso V com 5 (cinco) vezes, inciso II correspondendo a 4 (quatro) vezes, os incisos VI e X com 3 (três) vezes e os incisos III, IV, XI e XIII foram acionados apenas 1 (um) vez. Entre os que não foram mencionados nenhuma vez, estão os incisos V, VII, VIII e IX, talvez seja por não ter entre os(as) entrevistados(as) nenhum(a) inserido(a) nos espaços de formação.

No entanto, entre as atribuições privativas que foram selecionadas uma vez, chama-se a atenção para o inciso “IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social”, significando que entre os distintos espaços sócio-ocupacionais, em políticas públicas diferentes apenas um(a) respondente executa, sendo que refere-se a uma atribuição privativa direcionada a produção de documentos que exigem a expressão de opinião técnica de um profissional do Serviço Social a matérias correlatas a esta área. Acredita-se que há necessidade de estudar com mais profundidade para encontrar respostas ao porque de um número significativo de profissionais não desenvolverem.

A mesma preocupação direciona-se ao inciso “VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social”, que foi selecionado três vezes. É na supervisão direta de estagiários(as) que ocorre e possibilita a interação do(a) acadêmico(a) com o espaço sócio-ocupacional, é o primeiro contato para conhecer diretamente a realidade e o exercício profissional inseridos(as) nas diferentes políticas públicas, privadas ou da sociedade organizada, a relação com os(as) usuários e com as demandas que são apresentadas, entre outros. Que oportuniza o estabelecimento entre teoria e prática supervisionados(as) pelo(a) supervisor(a) acadêmico(a) e de campo. A inquietação surge a partir dessa importância que o(a) supervisor(a) de campo tem na formação de novos(as) profissionais, o porque poucos profissionais estão conseguindo desenvolver essa atribuição?

Continuando sobre a Lei de Regulamentação da Profissão, nº 8.662/1993 o Art. 4ª também foi abordado na entrevista, ao ser levado em consideração que as competências correspondem ao que o(a) assistente social pode desenvolver no trabalho profissional. Que envolve a capacidade de decidir, apreciar algo, não lhe sendo exclusivo. Para o

desenvolvimento das competências não é diferente das atribuições privativas, é fundamental a associação entre a dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Assim, a pergunta relacionada ao Art. 4º que é composto por XI incisos, desses o inciso IV foi vetado, restando X incisos, foi direcionada aos(as) egressos(as) da seguinte forma: “Entre as competências descritas abaixo, qual se encaixa ou desenvolve na sua atuação profissional? como realiza no seu cotidiano profissional”. As respostas obtidas serão apresentadas a seguir.

O entrevistado Bagre (2024), respondeu a esta pergunta baseado na experiência atual e anteriores que atuou como assistente social. Dentre as competências, elencou os incisos I, II, III, V, VI e X no Art. 4º da Lei 8.662/1993. No inciso X que trata do “Planejamento, organização e administração de serviços sociais e de unidade de Serviço Social” (Lei de Regulamentação, 1993) o entrevistado relata: “Na verdade participar, [...] desse processo [...] é uma das atribuições [...] que a gente de modo recorrente, [...] de certo modo é obrigado a fazer, a partir da nossa atuação. Sobretudo isso era muito visível na política de assistência social de Belém.” (entrevistado Bagre, 2024).

Diante do exposto, o entrevistado Bagre, reconhece o referido inciso como uma atribuição, que é exclusiva ao trabalho de assistentes sociais. Reafirmando o que Matos (2015) coloca, que na existência de repetições de elementos das atribuições nos itens das competências, “são entendidas automaticamente como atribuições privativas” (p.5).

A entrevistada Afuá (2024), no Art. 4º da Lei 8.662/1993 elegeu os incisos III e V, que correspondem respectivamente a “Encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população” e “Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos”. Dispondo o seguinte comentário:

Então, como a gente está muito na ponta, [...]. Então qual é o nosso fazer? É mais mesmo fazer aquela escuta, a escuta qualificada. Conhecer a rede de serviço pra poder verificar [...] a minha competência chega até aqui na instituição, mas a gente pode encaminhar pra rede de serviços. Ele precisa de um benefício, então vamos encaminhar pro CRAS, pro bolsa, [...] serviço eventual vamos encaminhar pra Secretaria de Assistência [...], porque é assim que a gente já faz o nosso fluxograma, tanto interno quanto o externo pra pegar toda [...] a rede de serviço pra gente poder dar continuidade no nosso atendimento. Referenciar aquele usuário (Entrevistada Afuá, 2024).

É por meio da entrevista, que é um instrumental técnico-operativo, que realiza-se a escuta qualificada, permitindo de maneira intencional através do relacionamento¹ estabelecido com o(a) usuário(a) conhecer a realidade social, cultural, econômica e política que este(a) está inserido(a), que refletem indireta ou diretamente sobre as demandas postas. Como explicitado

pela entrevistada Afuá, a necessidade e importância de conhecer a rede de serviço para encaminhar ou referenciar usuários(as) dependendo da demanda, para as referidas instituições que dispõe dos serviços para atendê-lo(a). No entanto, a identificação das demandas e quais direcionamentos a serem dados, de acordo com Lavoratti (2016) é obtido através do diálogo que estimula a “ação-reflexão-ação”, permitindo ao(a) assistente social a análise crítica do que está sendo apresentado a partir do relato do(a) usuário(a). “[...] que precisa ser desvelada pelo assistente social a partir da mediação dada pelo referencial teórico e por técnicas de acolhimento, questionamentos, estímulos, apoio, reforço de ideias, dentre outras.” (Lavoratti, 2016, p.82)

A entrevistada Afuá, atua na Política Pública de Saúde, pelo que expôs é possível afirmar que a mesma pauta seu trabalho profissional em consonância com algumas competências técnicas elencadas nas diretrizes para o trabalho profissional de assistentes sociais na saúde (CFESS, 2022), que são: entrevista, visita domiciliar, estudo social, análise da demanda, orientação, encaminhamento e estudo exploratório da rede socioassistencial. O encaminhamento mencionado pela referida entrevistada se materializa mediante documento escrito, cujo objetivo é direcionar determinado sujeito para ter acesso a direitos sociais.

Outro aspecto que a entrevistada Afuá (2024), apresenta é a importância de conhecer a rede de serviço, realizando o estudo exploratório da rede socioassistencial, para estabelecer contato e conhecer os(as) profissionais e os serviços disponíveis, antes de encaminhar os(as) usuários(as). Corroborando para afirmativa do Cfess (2022, p. 126) de que o trabalho do Serviço Social não tem como ser dissociado da articulação com outros serviços, para atender às múltiplas demandas que surgem no cotidiano profissional.

Sobre a pergunta relacionada às competências, a entrevistada Anajás (2024), listou os incisos I, II, III, V, VI, IX, X e XI do Art. 4º da Lei 8.662/1993. Nos incisos que discorrem: “Encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população” (Lei 8.662, Art. 4º, Inciso III) e “Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos” (Lei 8.662, Art. 4º, Inciso V), a entrevistada Anajás relata respectivamente:

¹[...] o relacionamento era concebido a partir das relações interpessoais com a predominância do nível afetivo, ignorando ou negando a sua dimensão política, reconhecemos seus limites ao favorecer a possibilidade de ocultamento das relações de poder, dependência, subordinação, etc., e consequentemente de reprodução das relações sociais” (SARMENTO, 2016, p.54)

[...] Então como é que acontece no CREAS? Um dos principais serviços dentro do CREAS é serviço de orientações especializadas, [...] principalmente a famílias e indivíduos, principalmente aqueles que estão inclusos no PAEF [...]. E a gente realiza [...] encontros [...] individualmente, eu não gosto muito dessa palavrinha indivíduo porque pra mim remete muito ao positivismo, mas enfim, está lá em todos os lugares inclusive num caderno de orientações, mas aí a gente faz encontros e isso também não só com a demanda em si do CREAS. Mas no momento em que a gente vai pros conglomerados comunitários, por exemplo, quando a gente tá nas campanhas a gente se organiza pra ir nas escolas, a gente se organiza pra ir na igreja, a gente se organiza pra ir nesses espaços que a gente pode ter esse contato comunitário pra de fato tá fazendo esse trabalho de orientação. [...].

Sim, fazemos isso, eu digo que um bom profissional, um bom assistente social não pode hipótese alguma estar dentro de qualquer que seja um âmbito profissional dele, o espaço sócio-ocupacional dele, sem estar com esse compromisso, [...] de orientar os indivíduos, até porque [...] o nosso norte é trabalhar a emancipação da classe trabalhadora, [...] Então de fato isso aí sem dúvida alguma. (Entrevistada Anajás, 2024).

Na mesma direção segue as proposições do entrevistado Soure (2024), que enumerou os incisos II, III, V, VI, X e XI do Art. 4º da Lei 8.662/1993 e fez breves comentários sobre os incisos III e V do referido artigo e lei mencionada anteriormente, que discorrem sobre a orientação, os mesmos que a entrevistada Anajás se referiu.

A gente faz esse trabalho [...] a respeito da orientação, [...]. Aqui em Melgaço [...] é um percentual muito grande de pessoas com [...] baixo nível de escolaridade. Então pessoas que muitas vezes elas não conhecem [...] o mínimo de direito que elas têm. Então o papel da gente é esse também, de estar nesse caso orientando e encaminhando essas pessoas aos devidos órgãos ou instituições que possa estar viabilizando o direito dessas pessoas, a gente acaba fazendo também isso [...].

A gente trabalha dessa forma também, a gente acaba meio que direcionando as pessoas pra estar captando recursos pra eles estarem viabilizando o direito deles. Por exemplo, às vezes necessitam de passagens. A gente vai lá e caminha pra determinada instituição [...], muitas vezes em benefício eventual (Entrevistado Soure, 2024).

Nessa perspectiva a entrevistada Anajás (2024) e o entrevistado Soure (2024), reafirmam a definição elaborada pelo Cfess (2022), que a orientação social direcionada para o acesso a direitos sociais, condiz com a defesa proposta pelo projeto profissional. Exigindo do profissional vasto conhecimento da política que está inserido e daquelas que apresenta mais demandas advindas dos(as) usuários(as), estabelecendo “relações interinstitucionais e intersetoriais” (p.124).

São uns dos agentes que por meio da sua expertise profissional, direcionados pelos conhecimentos que os(as) norteiam sua intervenção profissional possuem a capacidade de realizar essas identificações e prestar as devidas orientações que contribua para divulgação dos serviços disponíveis, em quais equipamentos, para que a população passe a ter conhecimento e acessá-los. Conforme apresentado pelo entrevistado Soure (2024), a partir do seu território que

está situado a instituição que trabalha, ao argumentar sobre a grande porcentagem de pessoas com “baixo nível de escolaridade. Então pessoas que muitas vezes elas não conhecem [...] o mínimo de direito que elas têm”, logo em seguida expressa a importância de ser um profissional que contribui para viabilização de acessos, por meio da orientação.

A entrevistada Muaná (2024), entre as competências que são expressas na Lei de Regulamentação, nomeou os incisos I, II, III, V, VI, IX, X do Art.4º da Lei 8.662/1993. No Inciso III que discorre sobre “Encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população”, a entrevistada expressou a importância da orientação e do encaminhamento no trabalho cotidiano, para facilitar o acesso dos usuários aos seus direitos:

[...] a gente trabalha a parti de orientação sim, mas acima de tudo a gente trabalha com encaminhamento. Então o que a gente puder fazer para facilitar o acesso daquele usuário a política, a gente faz. Então é ligar para o profissional que tá na saúde: “olha, tô com um senhor assim, ele precisa de uma cadeira de rodas, a situação dele tá complicada, ele tá precisando para se locomover, é um direito garantido dentro tanto da LOAS, quando do SUS e dentro da Constituição também, é um direito também garantido no estatuto da pessoa com deficiência”, enfim, [...] a gente vai se pautar a partir disso e expressar que é um direito do usuário.

Muaná (2024) explicou como, ao orientar os usuários, busca garantir que as demandas sejam conhecidas no local para onde eles são encaminhados:

Quando a gente chega a encaminhar o usuário na política naquele local, ele já vai ser recebido porque a pessoa já sabe qual é a demanda. Então orientar o indivíduo e grupo é nossa função sim, dentro do nosso trabalho e ele acontece com bastante frequência e no sentido dos recursos que é direito deles e às vezes eles não sabem, por exemplo; semana passada eu atendi um senhor, [...] que procurou o CRAS porque ele precisava atualizar o cadastro único do irmão dele.

Por fim, a entrevistada descreveu um caso específico, demonstrando como identificou e encaminhou múltiplas demandas:

[...] O irmão dele tinha sofrido um acidente, amputado alguns membros, então ele não ia conseguir se locomover, dentro do processo de acolhimento institucional, da nossa entrevista, eu observei que ele estava precisando além de atualizar o cadastro único, ele tinha outras demandas também, uma dessas demandas era a questão da cadeira de rodas para o irmão e a outra demanda também era que esse irmão recebesse cuidados médicos dentro do seu domicílio, seriam os curativos, porque dentro da fala dele, ele cita dizendo “olha a gente paga um enfermeiro do posto, um técnico (eles chamam de enfermeiro, provavelmente é um técnico) pra ele ir lá em casa fazer o curativo do meu irmão, porque a gente não sabe como é que faz”, [...] “ele tá cobrando 50,00 (cinquenta reais) pra fazer pra gente”, [...] eu disse: “eles precisam mandar uma pessoa lá, é um direito seu, a partir dessa demanda, a gente elaborou o encaminhamento informou a enfermeira e encaminhou ele pra lá [...]”. (Entrevistada Muaná, 2024).

As colocações da entrevistada Muaná, além de reforçar a discussão desenvolvida nos parágrafos anteriores, traz exemplo de como pauta-se diante de outro profissional para defender o direito de determinado(a) usuário(a), o poder de argumentação que é possível ao ter domínio da política que está inserido(a) como de outras para que possa dá direcionamentos plausíveis, para isso é essencial também conhecer legislações que são específicas para determinados grupos. A mesma entrevistada mencionou a utilização do instrumental técnico-operativo no seu fazer profissional que é a entrevista, definida por Lewgoy (2007, p.235) como um dos instrumentais “[...] que possibilita a tomada de consciência pelos assistentes sociais das relações e interações que se estabelecem entre a realidade e os sujeitos, sendo eles individuais ou coletivos [...]”. Tomado conhecimento da realidade ou da demanda que o(a) usuário traz implícita a demanda oficial que lhe levou procurar o Serviço Social, dá-se o encaminhamento necessário com intuito de colaborar para que seja assegurado o direito daquele(a) usuário(a).

Seguindo nesse direcionamento, a entrevistada Muaná (2024) segue reforçando seu compromisso profissional e com o projeto ético-político da categoria, e os desafios presente devido os limites postos pela própria política que oferta os serviços, benefícios, dentre outros, ficando explícito ao comentar o inciso “VI - Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais” do Art. 4º da Lei 8.662/1993:

A gente faz também, em disparada a gente fala de cesta básica. É com cesta básica que essa galera vai aparecer pra gente lá. É isso que eles vão correr atrás. Porque eles estão com fome. Quem tem fome vai procurar ir no CRAS e tal. Então a gente precisa sentar lá e planejar como é que a gente vai utilizar esse recurso, como é que a gente vai identificar a família que realmente necessita disso, porque querendo ou não é um recurso limitado e é um recurso curto, [...] pra nossa alta demanda. Como é que a gente vai organizar, como é que a gente vai administrar esses benefícios? Além da cesta básica a gente tem também os benefícios que é o benefício do kit enxoval que são pra mulheres gestantes. Geralmente a gente oferta pra mulheres a partir de seis meses [...] de gestação, [...] comprovando, tudo. É o processo delas de pré-natal, enfim. Garantindo a saúde dela quanto da criança, [...] também. Mas isso não é fim do nosso serviço sabe? Se a pessoa vem [...] eu quero uma cesta básica sabe? Um momentinho, senhora já tem cadastro no nosso PAIF? Aí verifica a senhora veio aqui em 2017 vamos atualizar seu PAIF? [...] Ah agora que o meu filho casou, agora veio esse e eu tenho um neto, aí já atualizo. O seu neto faz quantos meses? Quantos anos? Ah ele está com oito meses. [...] Tu já vai entrar dentro do nosso programa criança feliz que é o acompanhamento, que é um programa que a gente tem aqui em Breves. [...] e aí já acionamos o nosso visitador e já encaminhamos, enfim, buscamos articular. Qual é o benefício que ela traz? Cesta básica. Qual foi o programa que a gente ofertou? Programa Criança Feliz, acompanhamento familiar também. A gente vê a teoria materializando na nossa frente (Entrevistada Muaná, 2024).

A entrevistada Muaná, realiza no seu atendimento o que Lavoratti (2016, p.82) explica, que a fala do(a) usuário(a) “[...] precisa ser desvelada pelo assistente social a partir da mediação dada pelo referencial teórico e por técnicas de acolhimento, questionamentos, estímulos, apoio, reforço de ideias, dentre outros [...]”. Conseguindo abarcar outras demandas que não estão

visíveis de início ao que o sujeito busca, que passa a ser possível identificar a partir de uma leitura crítica, ampliada da realidade, compreendendo o sujeito na sua totalidade. Para isso, é indissociável a teoria da prática e vice-versa, como relata a entrevistada Muaná (2024), “a gente vê a teoria materializando na nossa frente”, que associa as três dimensões no seu fazer profissional, teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

O desafio vivenciado pela entrevistada Muaná (2024) na organização e administração dos benefícios e serviços sociais, devido ao escasso recurso para uma numerosa demanda, é característico de políticas neoliberais. Como explica Faleiros (1997) que os serviços executados nas instituições são “desmobilizadores e fragmentadores”, utilizam “mecanismos de informação, encaminhamento e preenchimento de fichas que servem tanto para a seleção dos benefícios, controle da administração dos recursos, fiscalização dos bens ou propriedades implicados. [...]” (p.50).

No inciso IX do Art.4º da Lei 8.662/1993, que apresenta a seguinte competência, “Prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade”, a entrevistada Muaná (2024), comenta:

Dentro do meu trajeto de trabalho [...] eu sempre vejo um Igarapé. A gente atravessa o Igarapé [...] é uma dinâmica muito interessante, sabe? Porque [...] é uma vivência ribeirinha dentro da cidade. As pessoas têm rabeta, tem um senhor que tem uma oficina de rabeta, ele já tem um porto lá, um local separado pra ele, então é muito interessante, as pessoas tomam banho de igarapé [...]. Só que tem acontecido o fluxo desordenado de casa, [...] na margem do igarapé, essa é uma outra problemática. Mas aí abriu um edital em Breves, se chama “Inova Breves”, [...] tentei levar a proposta para dentro da Assistência, infelizmente não tive apoio da minha coordenadora, ela disse “ah isso aí tem que passar pela secretária e ela não vai querer”, o que eu fiz, eu me juntei a um coletivo, a gente submeteu o projeto que eu queria desenvolver com eles, aí o projeto passou nas duas fases, agora a gente vai ter a terceira fase, ele é um dos favoritos [...] pra que a gente consiga abarcar. Então, a gente vê a demanda, a gente pesquisa também, porque a gente [...] tem contato com esses moradores, a gente torna uma referência pra eles [...], aí a gente vai buscando estratégias. Mas infelizmente dentro da nossa área de atuação é bem complicado, se a gente for olhar só para os não a gente acaba ficando que nem alguns profissionais ficam (Entrevistada Muaná, 2024).

A relação de poder no âmbito institucional abordada pela entrevistada Muaná (2024), condiz com a afirmativa de Faleiros (1997), “[...] No âmbito institucional, “a guerra de posições” implica lutas pelo poder de decisão e de manipulação de recursos e se manifesta claramente no processo de escolha dos nomes para os cargos de chefia. Nessas lutas, em geral, fica excluído o público a quem se dirige a própria instituição. [...]” (p.53). Entretanto, como estratégia adotada para fugir dos limites institucionais, a entrevistada Muaná, alia-se ao movimento social para contribuir por meio de sua expertise e conhecimento profissional, não se acomodando aos não

institucionais.

Em conformidade com Freitas (2017, p.77), “[...] os movimentos sociais representam a possibilidade concreta de questionamento da ordem estabelecida e, para além dela, significam ainda uma forma privilegiada de organização da população no conflito de classes. [...]”, caracteriza a efetiva possibilidade de fortalecer a classe trabalhadora “para formação de consciência crítica”. A mesma autora prossegue explicitando, mesmo sendo escasso o vínculo empregatício de assistentes sociais nos espaços dos movimentos sociais, a relação do Serviço Social, segundo Freitas (2017), não pode ser analisada apenas pela “ótica da empregabilidade” e da militância direta, mas, “necessariamente compreender os significados dos movimentos sociais na ordem societária que se ergue sob a égide do modo de produção capitalista.” (p.77).

Assim, Freitas (2017) classifica as ações que podem ser desenvolvidas por assistentes sociais junto aos movimentos sociais como: Ações Diretas e Ações Indiretas, a primeira corresponde aquelas que são realizadas junto ao movimento social, enquanto a segunda está associada ao incentivo, direciona, encaminha e orienta o(a) usuário(a) a participar nos movimentos sociais. As duas ações devem ter como objetivo a “[...] perspectiva da emancipação, que se configura para além da ideia de cidadania, liberdade ou igualdade.” (p.89). A ação direta empreendida pela entrevistada Muaná (2024), visa o fortalecimento dos mesmos “no processo de luta de classes, com vista a emancipação” (Freitas, 2017, p.90)

A entrevistada Gurupá (2024), selecionou os seguintes incisos, II, III, V, VIII do Art. 4º que dispõe as competências de assistentes sociais da Lei 8.662/1993. No inciso “II - Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social”, faz a seguinte colocação:

O programa ele vem todo estruturado pelo MDS [...]. Porém na minha parte como coordenadora eu tenho que me organizar, como eu vou executar ele, como eu vou fazer o recebimento dos produtos, como eu vou executar pra que eles cheguem [...] a tempo hábil [...] aos CRAS. [...] reuniões com os agricultores que fazem parte do programa. Então eu tenho todo um processo de execução do programa [...] do PAA mesmo aqui no município. Um exemplo [...] semana passada eu estava já me organizando pra sair de férias, já tive com eles pra dar início que vai começar agora na primeira semana de agosto. Então já deixar tudo organizado como vai ser, como vai ser a execução [...] no caso estava eu como coordenadora e a moça do sistema que faz alimentação do programa, [...] no sistema em si. E até então não vai ter ninguém para me substituir. Eu pedi bastante pra secretária de assistência, [...] colocar alguém. Eu até brincava com ela: “Tive um trabalho árduo pra gente organizar o programa no município. Então eu sempre falei, eu não quero que venha alguém que vá estragar meu trabalho”. Eu fiquei bastante em cima dela pra que ela indicasse alguém enquanto eu ainda estava, até pra que eu pudesse ajudar essa pessoa a se organizar também. A entender como funciona o programa. É chato a gente trabalhar, [...] organizar tudinho nosso trabalho e depois vim alguém e estragar digamos assim o trabalho da gente. Só que acabou que eu saí ela não indicou alguém. Eu espero que seja alguém levem o trabalho pra frente [...] E que execute mesmo de forma correta (Entrevistada Gurupá, 2024).

Diante disso, é nítido o envolvimento e compromisso que a entrevistada Gurupá tem em todos os processos necessários para execução do programa que fica sob sua coordenação. Além disso, a preocupação para o prosseguimento do seu trabalho, a solicitação de indicação antecipada para substituição com intuito de repassar as informações referente ao programa, é um compromisso ético e político profissional, e com a população beneficiada.

Segue-se apresentando a análise das respostas obtidas sobre as competências de assistentes sociais, o entrevistado Melgaço (2024) marcou as seguintes competências contidas nos incisos I, III, V e XI do Art. 4º da Lei de 8.662/1993. Traçou o seguinte comentário no inciso “XI - Realizar estudo sócio-econômico com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades”:

Diariamente e quase [...] todos os dias [...] a gente acaba fazendo estudo socioeconômico, [...]. todas as violações que chegam pra gente a maioria são de [...] famílias, daquele grupo familiares em situação de risco e vulnerabilidade social. Então a gente acaba fazendo estudo socioeconômico principalmente pra questão de benefícios eventuais como apoio alimentar, transporte, aluguel social, então cotidianamente a gente acaba fazendo estudo socioeconômico (Entrevistado Melgaço, 2024).

Mioto (2009) explica que o estudo socioeconômico na área do Serviço Social remete a uma “parte intrínseca das ações profissionais”, “desenvolvimento das ações profissionais pressupõe o conhecimento acurado das condições sociais em que vivem os sujeitos aos quais elas se destinam, sejam indivíduos, grupos ou populações” (Mioto, 2009, p.2). O estudo sócio-econômico, permite ao(a) assistente social conhecer a realidade social de usuários(as) que recorrem ao seu atendimento, para fins de identificar demandas e poder intervir, como descrito pelo referido egresso.

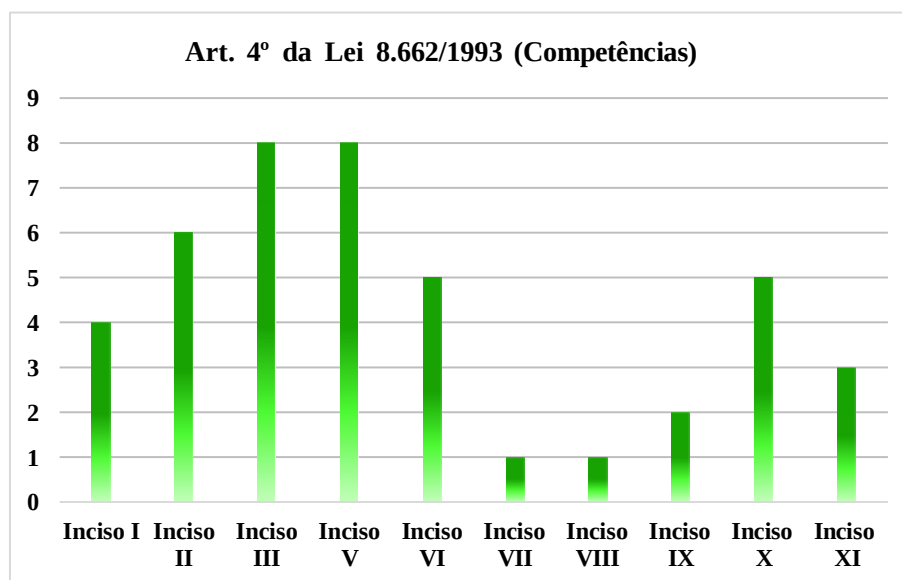
Por fim, a entrevistada Portel (2024) selecionou os incisos II, III, V, VI, VII e X do Art. 4º da Lei 8.882/1993, que executa ou estão presente no seu cotidiano profissional. A mesma discorreu sobre o inciso “VII - Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais.

Olha acontece [...] pelas reuniões [...] que ocorrem do PAIF [...] que são essas famílias que são acompanhadas por aqui pelo CRAS e quando a gente vê [...] que há uma demanda de tal [...] assunto digamos e aí a gente reúne [...] enquanto equipe pra fazer esse planejamento de como a gente pode intervir [...] nessas questões que tem chegado aqui pra gente. [...] o PAIF é muito importante [...] que é esse acompanhamento familiar. E daí a gente tira, tá acontecendo tantos casos de drogadição. E aí a gente já entra, [...] com a intervenção, planejamento pra ver o que a gente pode estar fazendo (Entrevista Portel, 2024).

A entrevistada Portel (2024), reforça as interpretações já realizadas no decorrer deste estudo, sobre o planejamento enquanto instrumento de trabalho de assistentes sociais ao ser operacionalizado estando segundo Santos (2022, p. 7), “em consonância com a filiação teórica dialético crítico da categoria e com o seu projeto profissional para trilhar o caminho da superação as rotinas institucionais e os tensionamentos presentes no espaço de trabalho”, contribui para intervir na realidade posta, criticamente, ultrapassando a superficialidade.

O gráfico 2 a seguir, demonstrará ilustrativamente as competências do Art.4º da Lei 8.662/1993 que foram selecionadas pelos(as) egressos(as) que desenvolvem ou executam no seu espaço de trabalho profissional e as que não foram mencionadas por nenhum(a) entrevistado(a).

Gráfico 2 – Competências desenvolvidas pelos(as) egressos(as) da FACSS.



Fonte: Elaboração da autora, a partir da pesquisa de campo, 2024.

Legenda:

- (I) - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- (II) - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- (III) - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- (IV) - (Vetado);
- (V) - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- (VI) - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
- (VII) - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- (VIII) - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;
- (IX) - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- (X) - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;
- (XI) - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos

da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

No gráfico 2, é possível notar que os incisos III e V do Art.4º da Lei 8.662/1993 foi eleita pelos(as) 8(oito) entrevistados(as) por estarem presente na atuação profissional, essas duas competências estão relacionadas a “III – encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; V – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos”. Importante salientar que os(as) entrevistados(as), correspondem a diferentes espaços sócio-ocupacionais, significando que os(as) egressos(as) conseguem, independentemente de onde esteja trabalhando, contribuir na viabilização do acesso a direitos sociais por meio da orientação.

Os demais incisos do Art. 4º da Lei 8.662/1993, foram selecionados na seguinte ordem: o inciso II (6 vezes), incisos VI e X (5 vezes), inciso I (4 vezes), inciso XI (3 vezes), inciso IX (2 vezes), incisos VII e VIII (1 vez). Outro inciso frequente foi o “II – elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil” (Lei 8.662/1993, Art.4º, Inciso II), competência profissional que ao ser executada é essencial para continuidade e efetivação de políticas públicas.

Dentre as competências selecionadas salienta-se os incisos da Lei 8.662/1993, Art.4º, “VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais” e “XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades”, pelo número ínfimo de profissionais que desenvolvem na sua prática profissional, de acordo com os dados demonstrados no gráfico. Diante de uma realidade que está em constante transformação a realização de estudos que subsidie intervenções profissionais se tornam indispensáveis, como também a realização de estudos socioeconômicos que é fundamental para conhecer a realidade vivenciada pela população usuária, principalmente das excluídas do mercado de trabalho.

Trazer a discussão sobre as competências profissionais e atribuições privativas de assistentes sociais, a partir do que é executado na atuação, por ser uma profissão que se consolida e avança se responder às demandas decorrentes dos diferentes segmentos da sociedade, que envolve interesses contraditórios. E por estas, competências e atribuições privativas se firmarem na materialização do exercício profissional, após passarem pelo processo de formação profissional que associa as três dimensões, teórico-metodológico, ético-político e

técnico-operativo.

Assim, as competências e atribuições privativas contidas na Lei de Regulamentação, norteiam a construção de perfil de egressos(as) do curso de Serviço Social, que tem sua fase inicial no processo de formação. Estabelecer a análise realizada mediante a prática profissional dos(as) egressos(as) da FACSS, permitiu compreender como a articulação entre os conhecimentos teóricos, as habilidades práticas e o compromisso ético-político na fundamentação do exercício profissional.

3.2.2.2 Desafios ético-políticos e técnico-operativos no exercício profissional

O segundo pilar que constitui o Projeto Ético-político do Serviço Social é o Código de Ética de 1993, instituído pela Resolução CFESS nº 273/1993. Esse documento orienta-se por referências teóricas, filosóficas, valores e finalidades que incorpora o projeto profissional que foi historicamente construído. Conforme afirmam Barroco e Terra (2012, p. 108), o fortalecimento desse projeto político, “[...] depende do avanço de sua base de sustentação ideológica: a organização da classe trabalhadora e dos movimentos contra hegemônicos da sociedade. Sem essa base concreta e sua consciência teórica, a ética profissional torna-se abstrata [...]”. Dessa forma, o Código de Ética exige a atuação de profissionais críticos(as), qualificados(as) teoricamente e articulados(as) politicamente a valores progressistas, orientados pela defesa dos direitos humanos e sociais e princípios profissionais.

Com base nessa perspectiva, foi analisado o perfil profissional dos(as) egressos(as) por meio do Art. 5º do Código de Ética de 1993, que dispõe dos deveres que os(as) assistentes sociais em suas relações com os(as) usuários(as) devem ter. Esse artigo é composto por 8 (oito) subdivisões, cada uma detalhando os deveres fundamentais para a prática profissional.

Para compreender como esses deveres são aplicados na prática profissional, os(as) egressos(as) foram questionados(as) por meio da seguinte pergunta: “O Art. 5º do Código de Ética Profissional de 1993 dispõe sobre os deveres do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as. Quais delas consegue desenvolver na sua atuação profissional e como ocorre?”.

O entrevistado Bagre (2024), ao responder com base em suas experiências anteriores, relatou não ter contato direto com a população em seu vínculo atual. Em relação às alíneas do Art.5º do Código de Ética de 1993, selecionou todas as alíneas: **a, b, c, d, e, f, g e h**. Enquanto a entrevistada Gurupá (2024), elencou as alíneas **b, c, d, f, g e h**, o entrevistado Melgaço (2024), as alíneas **a, b, c, d, f, g e h**, e a entrevistada Portel (2024), as alíneas **a, b, d, e, f, g e h**. Os

respectivos respondentes abordaram pontos em comum que será analisado consecutivamente e para melhor compreensão das escolhas dos(as) entrevistados(as), têm-se o Quadro 1, abaixo.

Quadro 1 – Deveres nas relações com os(as) usuários(as) desenvolvidos pelos egressos(as) da FACSS em sua atuação profissional cotidiana.

Alíneas do Art. 5º do Código de ética	Indicações dos(as) Egressos(as)
a – contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais.	Bagre, Melgaço, Portel.
b – garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardados os princípios deste Código.	Bagre, Gurupá, Melgaço, Portel.
c – democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as.	Bagre, Gurupá, Melgaço.
d – devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses.	Bagre, Gurupá, Melgaço, Portel.
e – informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos.	Bagre, Portel.
f – fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional.	Bagre, Gurupá, Melgaço, Portel.
g – contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados.	Bagre, Gurupá, Melgaço, Portel.
h – esclarecer aos/às usuários/as, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.	Bagre, Gurupá, Melgaço, Portel.

Fonte: Elaboração da autora, a partir da pesquisa de campo, 2024.

Sobre a alínea “a”, que trata sobre promover condições para assegurar a participação efetiva dos(das) usuários(as) nas deliberações institucionais, o entrevistado Bagre (2024), afirmou:

Conseguia desenvolver muito bem, de modo muito nítido [...] na política de assistência [...]. Como eu trabalhava no CRAS [...] no bairro do Guamá, município de Belém [...] essa participação efetiva dos usuários, eu sempre buscava, um objetivo que eu sempre tinha [...] como primordial na minha atuação [...]. O CRAS como tu deve saber, ele tem os serviços [...] que são rotineiros [...] que faz com que a população fique [...] sempre ali presente, [...] no cotidiano do trabalho, da política de assistência social que é ofertada pelo CRAS [...], nas decisões [...]. inclusive tive problemas [...]

com a gestão do CRAS por essas iniciativas, [...] eu sempre buscava fazer com que a população usuária dos serviços, elas pudessem ter poder de decisão, ter poder de participação no processo de planejamento, inclusive fiz muitos planejamentos [...] com a participação dos usuários lá e era uma experiência bem legais, sinto falta disso inclusive. Então só não dá dureza que era a condição objetiva do trabalho. (Entrevistado Bagre, 2024).

Essa declaração encontra respaldo na análise de Faleiros (1997), que aponta o desafio constante dos profissionais em reorientar suas práticas cotidianas. Segundo o autor, é necessário ajustar-se às relações de força existentes, facilitando o acesso da população ao conhecimento sobre si mesma, aos recursos disponíveis e ao poder de decisão. O relato de Bagre exemplifica essa dinâmica ao destacar que promover a mobilização da população usuária dos serviços pode transformar espaços profissionais e gestões, incentivando mecanismos de melhorias deixando de serem meros executores e os(as) usuários(as) deixam de ser somente receptores.

Em relação à alínea “b” que trata sobre o dever de assegurar a ampla disseminação de informações e implicações das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos(as) usuários(as), o entrevistado Bagre (2024) explicou que:

[...] nesse processo não tem como a gente [...] permitir interferências desse sentido de valores, de crença, eles se estabeleçam e determinem nossa posição como profissional [...]. De certo modo a gente também tenta fazer a orientação pra que também os usuários, eles tenham essa concepção de que a política pública, ela precisa ser universal apesar de atender as particularidades, singularidades deles, ela tem que ser universal. Que também o inverso acontece [...] no mesmo modo que a gente não pode [...] imprimir crenças e valores individuais [...], a gente também tem que lidar no dia a dia [...], dentro desse processo de participação efetiva da comunidade, tem que também lidar no dia a dia fazendo meio que a mediação desses valores que os usuários trazem, [...]. Então é tipo é uma linha muito tênue, você [...] ter que garantir o respeito, mas também ter o cuidado pra que as decisões dos usuários elas não sejam carregadas, principalmente no contexto que a gente está vivendo, elas não sejam carregadas de preconceitos [...] e de juízos de valor, em razão desses valores que eles trazem sobretudo da condição religiosa [...]. Mas dá pra gente fazer, se você começa a construir desde cedo [...] na sua atuação essa participação, a forma como lidar, a forma como falar, a forma como recepcionar as pessoas e suas opiniões, a gente consegue [...] ter esse jogo de cintura, ter essa capacidade [...] profissional e técnica de trabalhar com essas variáveis. (Entrevistado Bagre, 2024).

Nesse mesmo direcionamento, o entrevistado Melgaço (2024) traça sua explicação e exemplifica de como executa a alínea “b” em seu cotidiano profissional:

Inclusive hoje eu tive uma situação que eu tive que fazer isso, [...] que eu tive que respeitar foi o que eu falei pro usuário. Eu respeito essa experiência, sua vivência, [...] ela pode lhe trazer consequências. Sempre deixar claro, que as vezes respeitar é uma coisa, mas o que [...] alguns comportamentos, [...] podem gerar consequências. Então [...] é assim, é dialogar [...], tentar encontrar a melhor forma [...] de você conseguir até porque [...] é uma questão de relação de confiança você precisa criar um vínculo de confiança e se você for contrariar [...] é muito complicado a gente gerar esse vínculo. Sim, é respeitar o posicionamento deles, [...], mas colocando que alguns posicionamentos eles podem ter consequências. E você enquanto profissional, você

não pode fechar os olhos, você respeita, mas você não fecha os olhos e faz os encaminhamentos, as orientações necessárias, [...] pra uma determinada situação. Então, a gente respeita, mas tem que deixar claro essas situações. (Entrevistado Melgaço, 2024).

Após essa explicação inicial, seguida de exemplo, a entrevistada Gurupá (2024) prosseguiu, sobre a mesma alínea “b” do Art. 5º do CEP/1993:

[...] no meu cotidiano profissional, são as demandas que eu mais atendo e eu oriento eles, como é [...] as regras do programa. Mesmo que muitas vezes eles não vão seguir [...] que são impostos, digamos assim pelo programa [...]. Relatando um caso que eu já presenciei, [...] a questão do BPC, um exemplo. [...] a pessoa ela é Testemunha de Jeová, então [...] ela não quer [...] dar entrada no BPC dela, porque o marido já tem. Só que o BPC ele pode ser acumulativo e mesmo você explicando pra pessoa que pode, [...] ela não quer, porque ela acha que aquilo é ilegal. Entendeu? Então tu vai respeitar a crença da pessoa [...]. Então nesse sentido assim, de tu orienta como funciona o programa. Se a pessoa vai querer ou não já é do querer dela como se diz, eu não posso é impor, [...] a ela o que eu quero. (Entrevistada Gurupá, 2024).

Ainda sobre a alínea “b”, a entrevistada Portel (2024) comentou: “[...] que nada tem que ir contra [...] o usuário, [...]. A gente não tem que ir pelo achismo [...]. Temos que ir pelo que rege o código de ética, sem valores ou algo do tipo sem preconceitos de verdade”.

O objetivo central dessa alínea é impedir que o profissional estabeleça uma relação autoritária com usuários(as), dispondo a estes(as) a plena informação sobre as possibilidades e consequências do que está sendo apresentado, sem ocultar qualquer elucidação importante, pois segundo Barroco e Terra (2012, p.173), “[...] qualquer dado, de tal forma que represente um subsídio [...] no conhecimento da pessoa que recebe [...]”. Após a orientação fornecida, cabe ao(a) usuário(a) a decisão final, mesmo que seja contrária aos valores, crenças individuais do(a) profissional, devendo ser respeitada sem interferência, como destacado pela entrevistada Gurupá (2024).

Os entrevistados Bagre (2024) e Melgaço (2024) reforçam, por meio de suas experiências profissionais, a necessidade de não permitir que valores e crenças interfiram no posicionamento profissional. Ressaltam ainda o cuidado em alertar os(as) usuários(as) sobre possíveis consequências de suas decisões, assegurando a transparência e a autonomia dos sujeitos atendidos. Conforme definido por Bagre (2024), essa abordagem envolve a “capacidade profissional e técnica de trabalhar essas variáveis”. Ciente de todas as informações apresentadas, cabe ao profissional respeitar a decisão dos(as) usuários(as), reafirmando o compromisso ético com a valorização da autonomia e participação democrática.

A análise segue para a alínea “c” do Art. 5º do CEP/1993, que determina o dever de “democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional,

como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as”. Sobre essa dimensão, o entrevistado Bagre (2024) comenta que “a democratização do acesso ela é primordial [...] fazer com que os usuários tenham condição de acesso aos programas [...] aos espaços que a política oferece. Na verdade, não tem como fazer a atuação profissional se você não democratizar o acesso a isso”. Essa declaração está em consonância com Barroco e Terra (2012), que afirmam que a democratização do acesso à informação é uma “conduta exigível no exercício da profissão do assistente social”, permitindo a participação dos(as) usuários(as) nos serviços disponíveis na instituição.

A Alínea “d” do Art. 5º do CEP/1993, estabelece como dever do(a) assistente social: “devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses”. O entrevistado Bagre (2024) relata:

Eu fiz um projeto de pesquisa [...] institucional, na verdade institucional porque eu era servidor público, mas era um projeto mais profissional. No próprio CRAS eu fiz um levantamento [...], eu não vou lembrar exatamente dos detalhes, mas eu fiz uma pesquisa nos prontuários de atendimento e tracei um pouco do perfil da população que eu atendia [...] e levantei algumas variáveis e reflexões [...]. Eu lembro que a gente fez uma apresentação em um dos momentos dos serviços [...] socioassistenciais que tinham lá, que era reunião com as famílias [...] mensal, aí eu fiz a apresentação disso, fizemos a discussão tinham bastante pessoas idosas e a discussão foi bem legal e eles ficaram surpresos com muitos números, com muitas informações, foi bem interessante (Entrevistado Bagre, 2024).

A partir dessas colocações do entrevistado Bagre, evidencia-se o compromisso com a defesa democrática realizada mediante a devolução, socialização das informações colhidas nos seus estudos, que envolve os(as) usuários(as) dos serviços, podendo subsidiá-los ou fortalecer os interesses dos(as) mesmos(as). Esse processo de devolução ao ser conduzido por meio de diálogo com os(as) usuários(as), permitem, de acordo com Barroco e Terra (2012), uma compreensão melhor da realidade social, além de reforçar estratégias de organização e reivindicação de direitos. Ou seja, para as autoras, “[...] é dever que se impõe ao assistente social que o tempo e esforço intelectual despendidos com a pesquisa ou o estudo sejam socializados em benefício dos interesses dos usuários” (p.174).

Seguindo a análise, o entrevistado Bagre (2024) prossegue comentando a aplicação da alínea “g” do Art.5º do CEP/1993, que dispõe sobre “contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados”. Bagre relata:

A gente fazia ali um processo de planejamento inclusive com a participação deles, [...] no processo de planejamento a gente garantia a participação deles, entre outras razões [...], para que a gente pudesse construir estratégias de desburocratizar [...] e garantir o acesso aos serviços, aos programas, aos projetos, benefícios e a gente sempre estava fazendo nesse sentido. (Entrevistado Bagre, 2024).

No mesmo direcionamento a entrevistada Gurupá (2024) traça seu comentário sobre criar mecanismos que visem a desburocratização:

[...] um exemplo que eu vou dar com relação a minha atuação profissional. Agora, quando o governo federal lançou a proposta do PAA federal, a gente tinha a possibilidade da inscrição de 40 agricultores pra participar do programa, agora em 2024 [...]. Então no PAA de 2023, ele tinha sido [...] digamos assim, a forma de inscrição, o que seria necessário como documentação essas coisas, não tinha sido bem esclarecida a esses agricultores, que iriam poder se inscrever, [...]. Já agora nas inscrições de 2024 eu com a xxxx [...], no sistema a gente colocou todas as informações o mais claro que a gente pôde, pra que aquele agricultor, pra que aquele usuário que fosse participar [...] e tivesse um melhor esclarecimento de como vai funcionar todo o programa. A gente deixou como se diz, tudo esmiuçado no [...] processo de como ia ocorrer a inscrição, [...]. Em todo o edital do programa a gente colocou tudo certinho como ia ser feito o programa, como ia poder se inscrever, quem ia poder se inscrever, quais produtos poderia se inscrever. Então a gente já [...] deu todo esse mecanismo, digamos assim, pra que o usuário pudesse ter um acesso melhor ao programa. Porque muitas vezes [...] justamente o agricultor, ele não vai se inscrever porque ele não sabe [...] como tem que fazer. Então a gente desmiuçou tudinho no edital do programa, pra que ele pudesse participar. (Entrevistada Gurupá, 2024).

Barroco e Terra (2012), explicam que é dever do(a) assistente social, independentemente de ter sido ele(a) ou não o responsável pela criação dos aparatos burocráticos usados na instituição, propor mecanismos que contribuam para a desburocratização das relações com os(as) usuários(as). Essa orientação visa democratizar o acesso aos serviços e aos instrumentos institucionais. A prática profissional relatada pelos entrevistados Bagre e Gurupá exemplifica a cotidianidade desse dever ético na relação com os(as) usuários(as), promovendo a participação direta destes(as) no desenvolvimento e na execução das ações. Bagre (2024) usava o planejamento enquanto instrumento para garantir, assegurar esses direitos aos(as) usuários(as), enquanto Gurupá recorre a criar estratégias de acessibilidade com linguagem ou escrita acessível a compreensão dos(as) usuários(as). É perceptível que a depender do(a) profissional cada um adota mecanismos diferentes que possibilite o(a) usuário(a) o acesso à informação e poder usufruir dos serviços, benefícios, programas, dentre outros disponíveis na instituição ou nas instituições.

Por fim, o entrevistado Bagre (2024) discorre sobre a última alínea do Art.5º do CEP/1993, que coloca ao assistente social o seguinte dever que deve ter na relação com os(as) usuários(as), “**h** - esclarecer aos/às usuários/as, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional”:

Inicialmente é o que se deve fazer [...] quando vai [...] fazer o primeiro contato com o usuário. Inclusive de esclarecer sobre os limites da sua atuação. Que às vezes [...] se você não tomar cuidado [...], você deixa [...] transparecer de que o você vai transformar a vida do usuário no céu azul, [...] e não é bem assim e inclusive colocá-lo [...] ciente das dificuldades do processo de trabalho que você está realizando, [...] para viabilizar a demanda dele, isso é fundamental. Às vezes [...] temos que tomar esse cuidado de esclarecer isso e principalmente tomar cuidado pra não passar mensagens equivocadas que possam [...] favorecer a interpretação do usuário no sentido do que ele imagine que você vai transformar radicalmente a vida dele. Então [...] colocar ele apar da realidade também da sua atuação profissional, das condições da sua atuação profissional, [...] e fazer análise da própria política da forma como ela está acontecendo dentro daquela realidade da demanda dele. (Entrevistado Bagre, 2024).

O entrevistado Melgaço (2024) nesta mesma alínea “h” do Art.5º do CEP/1993, comenta:

Em todo atendimento, toda demanda nova [...] qual é o primeiro passo, [...] é fazer com que a pessoa entenda o motivo dela estar ali, explicar o funcionamento, [...] do equipamento, no caso como eu estou no CREAS, explico como funciona o CREAS, os serviços, os programas que a gente tem dentro do CREAS, [...] a diferença do meu acompanhamento pro acompanhamento da psicóloga, então assim tem feito em todo e qualquer atendimento a gente faz. (Entrevistado Melgaço, 2024).

Barroco e Terra (2012) afirmam que é dever do(a) assistente social, ao iniciar seu atendimento profissional, explicar aos(as) usuários os “objetivos e amplitude de sua atuação”. Para as autoras, essa orientação visa promover transparência e compreensão mútua, estabelecendo desde o início uma relação ética e de confiança entre profissional e usuário(a).

O entrevistado Bagre (2024) explicita a importância de realizar esse procedimento inicial, ressaltando que, além de informar sobre as etapas do trabalho que será realizado, é fundamental deixar o(a) usuário(a) ciente das dificuldades, da realidade das condições da atuação profissional, para não correr o risco de criar falsas expectativas.

Seguindo a mesma perspectiva, o entrevistado Melgaço (2024) expõe que é fundamental no momento inicial do atendimento fazer o(a) usuário(a) compreender o motivo de sua presença na instituição, detalhar o funcionamento dos serviços e programas e diferenciar o atendimento prestado pelo assistente social daquele oferecido por outros profissionais da unidade.

Os relatos de Bagre e Melgaço convergem com a reflexão de Barroco e Terra (2012), ao afirmar que prestar informações e elucidações aos(as) usuários(as) no início da intervenção, não é apenas parte de um ato técnico-operativo, mas um compromisso ético-político. Esse processo contribui para a criação de vínculos de confiança profissional, possibilita a desmistificação de uma imagem equivocada da profissão, associada a práticas assistencialistas e reafirma os princípios do PEPSS.

A entrevistada Afuá (2024) enumerou as alíneas **a, b, c, f, g e h** do Art.5º do CEP/1993 que consegue executar no seu exercício profissional. E realizou um comentário geral sobre as alíneas selecionadas, começando pela necessidade de informar ao(a) usuário(a) sobre seu fazer profissional e desconstruir o equívoco criado em torno da profissão.

[...] o usuário ele vai atrás de resposta. [...] quando ele procura o serviço social já tem aquela questão achar que [...] o serviço social [...] resolve tudo. Não, mas aí ele começa a entender [...] até onde vai o profissional e até onde vai a capacidade dele também de entender e de ir lá cobrar o que é seu de direito. Essa a resposta a gente precisa estar [...] dando [...] no cotidiano. [...]. (Entrevistada Afuá, 2024).

Afuá (2024), prossegue evidenciando a importância de criar estratégias para desburocratizar o acesso aos serviços, realizando exatamente o que as autoras Barroco e Terra (2012) definem como dever do(a) assistente social.

criar estratégia pra desburocratizar, pra facilitar pra aquele usuário, pra que ele acesse serviços [...]. Contribuir para a criação de mecanismo que venham desburocratizar. Então, esse mecanismo [...] são as estratégias que a gente precisa pra incluir dentro desse fluxo, o fluxo daquele fluxograma, daquele espaço sócio-ocupacional. E dependendo de como tu leva pra tua chefia e consegue argumentar, eles aceitam. Agora como eu te falei você precisa estar bem mesmo preparado, [...] lá é poder de convencimento, tu tem que convencer aquele gestor pra fazer daquela forma que facilite, porque senão eles gostam de burocratizar, tudo é documento [...]. (Entrevistada Afuá, 2024).

A mesma apresenta estratégias para se posicionar diante dos(as) gestores(as), com o objetivo de aderirem a propostas e reforça a importância da capacidade de argumentar. Essa capacidade, associa-se não apenas à expertise profissional alcançada por meio das experiências profissionais, mas também às dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas adquiridas durante o processo formativo, que repercutem na prática profissional. Por fim, Afuá (2024) exemplifica com um mecanismo criado pela equipe de assistentes sociais onde trabalha para desburocratizar o acesso:

não vou desmerecer porque precisa todo e qualquer serviço, todo e qualquer atendimento, ele precisa ser regulado pra [...] ter os indicadores [...] pra questão do orçamento. Tudo é em cima dos Atendimentos esse orçamento. Quando aquele paciente chega, vai fazer uma TC, ele não trouxe o documento. Pra fazer uma TC precisa regular. Então pra regular precisa ter o cartão do SUS e o RG. Aí quando não tem, a gente faz uma autorização. É o serviço social que faz também, autorização, carimba. Eles fazem, porque eles não podem ficar cobrando documento pra fazer exames, pra fazer o atendimento. Eles precisam fazer o atendimento, é urgência e emergência, então eles precisam fazer aquele atendimento. E aí depois com sistema do SUS aí se procura os dados, só imprimir e anexar lá no sistema de regulação, porque tudo é regulado. [...] eles precisam regular porque esse dinheiro precisa vim. Então por isso que [...] essa questão burocrática e pra desburocratizar [...] que a equipe [...] montou esse documento. A equipe do serviço social montou esse documento que não precisa de documento oficial seja o RG, cartão do SUS, CPF, que é sempre o que eles pedem. (Entrevistada Afuá, 2024).

A capacidade técnica relatada pela entrevistada Afuá (2024) evidencia a habilidade profissional em identificar meios que visem assegurar direitos dos(as) usuários(as), que ultrapassam o preenchimento rotineiro para atender as exigências burocráticas institucionais. Ao colocar em prática sua leitura crítica de realidade e identificando e criando estratégias para esquivar da burocratização, atendendo as condicionalidades exigidas pelo serviço e assegurando o direito do(a) usuário(a).

A entrevistada Anajás (2024) ao responder a esta pergunta referente ao Art.5º CEP/1993, elencou as alíneas **b, c, d, f, g e h**, em seguida traçou suas ponderações gerais de como desenvolve no seu exercício profissional. Anajás (2024), no processo de democratizar a informação de interesse do(a) usuário(a), contribui para que os(as) mesmos(as) se reconheçam enquanto sujeitos de direitos, o que representa meios de fortalecê-los(as) e poderem realizar reivindicações de seus interesses.

[...] essa questão de devolver essa informações, de informar a população [...] isso acontece principalmente eu pude perceber [...] nas orientações [...] nos serviços do CREAS [...] nas rodas de conversa, nos momentos [...] em conjunto com os usuários [...] Então é de fato um momento assim rico de troca mesmo, um momento que eles se sentem [...] confortáveis pra externar as opiniões, pra externar os sentimentos e que a gente tenta de uma forma assim muito sensível também, [...] colocar a partir da fala deles, fazer orientações que façam com que eles se percebam enquanto sujeitos de direitos, [...]. Então de fato [...] acontece basicamente dessa forma. (Entrevistada Anajás, 2024).

Anajás (2024), finaliza explicando sobre a desburocratização e o cuidado que precisa ter:

[...] A questão da desburocratização [...] a gente só tem o cuidado de não deixar cair na informalidade. Porque algumas pessoas interpretam de forma errada, que desburocratizar é fazer as coisas de qualquer jeito. E não é. [...] é fazer as coisas de forma mais facilitada, de forma que não caia na informalidade até porque nós precisamos de respaldo [...]. (Entrevista Anajás, 2024).

Anajás (2024) e Afuá (2024) ressaltam pontos em comum no processo de desburocratização da relação com os(as) usuários(as) ao conseguirem criar mecanismos que facilitam o acesso aos serviços sem deixar de atender “procedimentos institucionais” (BARROCO e TERRA, 2012, p.177) ou as condicionalidades impostas pelos serviços disponíveis. Como define Barroco e Terra (2012, p.177), a burocracia manifestada mediante a “existência de procedimentos institucionais de controle, desnecessários, meramente formais, mantidos para dificultar: o acesso à informação, o acesso a benefícios, a consolidação de direitos de acesso de cidadania”. A referidas entrevistadas, Anajás e Afuá, no seu cotidiano profissional, é perceptível em suas falas as estratégias adotadas para adoção de mecanismos que

visem assegurar o acesso aos serviços, diante da burocracia posta.

Os(as) entrevistados(as) Soure (2024) e Muaná (2024) enumeraram as mesmas alíneas **a, b, c, d, f, g e h**, do Art.5º do CEP/1993. Soure (2024) no seu comentário geral sobre o Código de Ética, explica a necessidade de se identificar enquanto assistente social para o(a) usuário(a) no momento da coleta de informações fornecidas pelos(as) mesmos(as) e informá-los(as):

pra que vai ser usado, a forma que vai ser usado, [...] a gente tem que saber, tem que informar, tem que falar do nosso trabalho pra eles da melhor forma e de uma forma que eles possam entender. [...] pois a maioria dos usuários que passam pela instituição que trabalho são pessoas com baixo nível de escolaridade, então tenho que encontrar mecanismos e formas mais fáceis pra que reconheçam seus direitos. (Entrevistado Soure, 2024).

Soure (2024) apresenta elementos indispensáveis para atuação profissional, além da garantia do acesso à informação, a forma como essas são apresentadas é decisivo para que seja consolidada o objetivo pretendido, que não seja apenas um ato de informar de maneira rebuscada, mas que seja objetiva e compreensível ao alcance dos(as) usuários(as) apreenderem o que o profissional diz. Os(as) assistentes sociais, são profissionais inseridos(as) no contato direto principalmente com a parcela da população subalternizada, estigmatizada pelo sistema capitalista vigente, com pouco ou sem acesso à educação, saúde, saneamento básico, moradia, assistência social, dentre outros, onde a linguagem adotada pelo(a) profissional faz total diferença no processo de contribuir para acessibilidade aos serviços, a instituição e para compreenderem quem é o(a) assistente social.

Muaná (2024), na alínea “c- democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as”, do Art.5º do CEP/1993, explica:

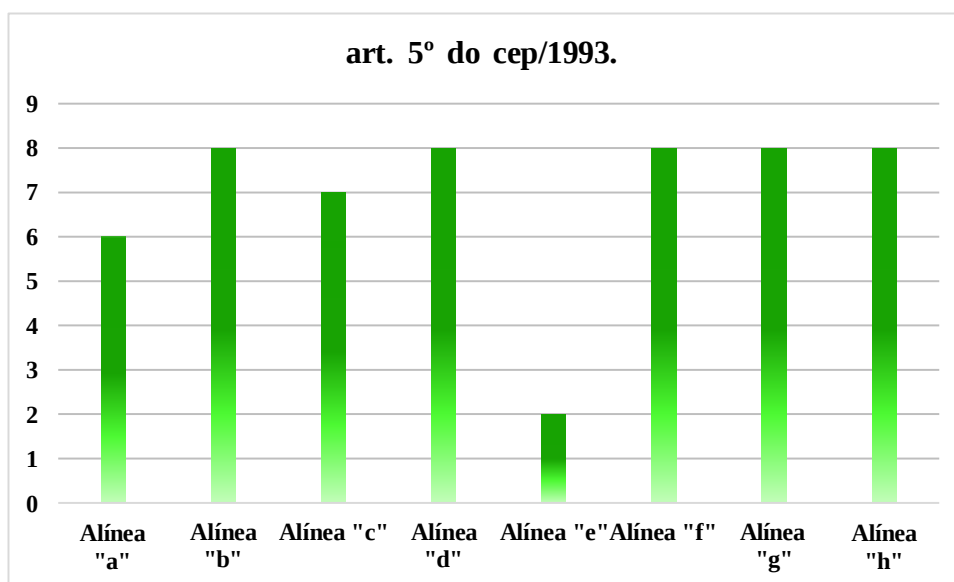
Além da gente democratizar a informação, também tem o estímulo [...], a gente precisa conscientizar essas pessoas, olha vai ter o evento tal, a gente tem o psicólogo, a gente tem o pedagogo aproveite esse serviço, porque eles vêm a partir da demanda da sociedade [...], então pra que vou mandar um psicólogo pra lá se não tá tendo atendimento? [...] pra que uma palestra de saúde mental se ninguém vai assistir? Então além da gente democratizar a informação, dizer direitos e afins, é estimular para que essa pessoa venha participar. (Entrevistada Muaná, 2024).

Muaná (2024), explicita que no processo de democratização das informações é fundamental estimular a participação dos(as) usuários(as) nos serviços disponíveis, por serem os agentes essenciais para dá funcionalidade para realização de atendimentos. Assim, Muaná (2024) no seu exercício profissional tem a “conduta exigível” definido por Barroco e Terra (2012), no processo de transmissão de informações aos(as) usuários(as), relacionado aos

programas, projetos, serviços para que possam participar. Além disso, Barro e Terra (2012, p.174), explicam que quem é detentor de informação e do conhecimento podem realizar “escolhas compatíveis com suas necessidades e possibilidades” e podem desenvolver suas capacidades críticas a partir que percebem “e que tem acesso aos meios de comunicação”.

Para fins ilustrativos e demonstrativos a seguir apresenta-se sistematicamente no gráfico 3, quais alíneas do Art.5º do CEP/1993, foram selecionadas pelos(as) egressos(as) da FACSS – Breves.

Gráfico 3 – Deveres executados pelos(as) egressos(as) da FACSS – Breves nas suas relações profissionais com os(as) usuários(as).



Fonte: Elaboração da autora, a partir da pesquisa de campo, 2024.

Legenda:

- a** - contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;
- b** - garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardados os princípios deste Código;
- c** - democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as;
- d** - devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;
- e** - informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos;
- f** - fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional;
- g** - contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados;
- h** - esclarecer aos/às usuários/as, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.

Dentre as 8 (oito) alíneas descritas como deveres do(a) assistente social na relação com os(as) usuários(as), conforme o Art.5º do Código de Ética Profissional de 1993, as alíneas **b**, **d**, **f**, **g** e **h** foram predominantemente selecionadas pelos(as) 8(oito) entrevistados(as), indicando que, mesmo atuando em espaços sócio-ocupacionais distintos, é possível executá-las, apesar das dificuldades, dos conflitos interinstitucionais e das relações de poder presente nas instituições. Esse contexto exige dos profissionais uma capacidade interventiva crítica para reverter cenários desfavoráveis.

As demais alíneas citadas pelos(as) entrevistados(as) na ordem das mais selecionadas, foram: 1ª) a alínea **c**, eleita 7(sete) vezes, 2ª) a alínea **a**, escolhida 6(seis) vezes, e 3ª) a alínea **e**, mencionada 2 (duas) vezes.

O direcionamento ético-político dado pelo Código de Ética norteia o exercício profissional e perpassa, inicialmente, o processo formativo. Por este motivo, é fundamental analisar como está sendo materializado na prática profissional, que para fins deste estudo está sendo analisado a partir da intervenção dos(as) egressos(as) da FACSS-Breves, com ênfase nos deveres para com os(as) usuários(as).

Segundo Iamamoto (2000), os princípios éticos representam um desafio para sua materialização no cotidiano profissional, evitando que se tornem ações abstratas, dissociados da realidade ou do processo social. Assim, os princípios explicitados no CEP/1993 são compromissos assumidos e acordados coletivamente pela categoria. Ainda de acordo com Iamamoto (2000), é fundamental “dar-lhe vida por meio dos sujeitos que, internalizando o seu conteúdo, expressam-no por ações que vão tecendo o novo projeto profissional no espaço ocupacional cotidiano” (p.78).

Para tanto, exige-se profissionais críticos, cultos, informados e competentes, capazes de romper, segundo Iamamoto (2000), “com o teoricismo estéril” e com o pragmatismo, aprisionados no fazer pelo fazer”. A mesma autora afirma que seja:

[...] uma *competência crítica* capaz de decifrar a gênese dos processos sociais, suas desigualdades e as estratégias de ação para enfrentá-las. Supõe *competência teórica e fidelidade ao movimento da realidade*; *competência técnica e ético-política* que subordine o “como fazer” ao “o que fazer” e, este, ao “dever ser”, sem perder de vista seu enraizamento no processo social. (Iamamoto, 2000, p.80).

Assumindo responsabilidades com a qualidade e depreendendo a melhoria dos serviços disponíveis institucionalmente, o(a) assistente social deve dispor de respeito aos(as) usuários(as). É necessário estabelecer estratégias para reagir às imposições seletivas e burocráticas no acesso aos atendimentos, atribuindo tratamento diferenciado as dimensões

teórico-metodológico e ético-político. O assistente social participa no processo de compartilhamento de decisões e poder, impulsionando “formas democráticas na gestão de políticas e programas”, socializando informações, ampliando “os canais que dão voz e poder decisório à sociedade civil, permitindo ampliar sua possibilidade de ingerência na coisa pública” (Iamamoto, 2000, p.78).

Nesse sentido, os(as) egressos(as) da FACSS-Breves, concernente aos deveres que devem ter nas suas relações com a população usuária, descritas no Art.5º do Código de Ética de 1993, conseguem executá-las no cotidiano profissional em distintos espaços sócio-ocupacionais e políticas públicas. Conforme constatado em suas explanações, conseguem mediar e intervir criticamente. Tal competência é proporcionada pelos domínios ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo associados na intervenção profissional, assegurando que a população atendida nas instituições através dos programas, projetos e serviços, e demais atendimentos espontâneos tenham seus direitos assegurados. Esse resultado permite inferir que a materialização ou cumprimento dos deveres com os(as) usuários(as) é reflexo resultante da formação acadêmica proporcionada que se dá início na graduação e percorre pela formação continuada e pelo acúmulo de experiência, expertise profissional.

3.2.2.3 Articulação entre Diretrizes da ABESS de 1996 e PPC da FACSS-Breves

Um dos objetivos específicos do presente TCC, consistia em conhecer o perfil de formação profissional previsto no atual Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da FACSS-Breves, observando sua articulação com os princípios do Projeto Ético-político do Serviço Social. Para tanto, este trabalho busca destacar as competências e habilidades que o curso visa desenvolver nos estudantes, considerando as Diretrizes Curriculares da ABEPSS e a realidade social concreta na região de abrangência territorial (apresentado na seção anterior). Além disso, objetiva-se identificar componentes curriculares (disciplinas, módulos, blocos e atividades acadêmicas específicas) com o intuito de refletir sobre o compromisso expresso no PPC da FACSS em formar profissionais críticos, propositivos e orientados pelo PEPSS.

Nesse sentido, no Roteiro de entrevista questionou-se os(as) egressos(as) sobre sua compreensão acerca do PPC da FACSS, especialmente no que se refere à habilidade de investigar e analisar criticamente a realidade social. O objetivo era compreender as expressões da questão social, identificar os espaços sócio-ocupacionais e as possibilidades de intervenção profissional, com base em sua experiência concreta de prática profissional. Cabe ressaltar que um dos critérios para seleção dos(as) entrevistados(as) era a exigência de experiência

profissional.

Não foi objetivo deste TCC realizar uma análise comparativa entre os diferentes PPCs da FACSS-Breves, sendo essa tarefa parte de um dos objetivos específicos do Projeto de Pesquisa de vinculação da autora, o MEFSS Marajó, mencionado anteriormente. Contudo, ao analisar os resultados das entrevistas, observou-se que algumas questões levantadas pelos(as) egressos(as) estavam relacionadas a PPCs anteriores, não mais vigentes. Muitas dessas questões foram superadas no PPC atual, implementado a partir de 2017. É importante reiterar que conforme explicado na seção de Metodologia, a pesquisa se limitou às turmas ingressantes nos anos de 2009, 2010, 2016 e 2017 e, assim, os(as) respondentes das turmas de 2009, 2010 e 2016, não foram formados com base no desenho curricular contido no PPC de 2017, no entanto, os(as) entrevistados(as) em suas respostas apresentaram pontos que estão presentes no PPC de 2017 sobre o perfil profissional pretendido alcançar que seja dotado de investigação e análise crítica da realidade para compreender as expressões da questão social.

Como a comparação entre PPCs anteriores não era o objetivo deste trabalho, e para delimitar o escopo da análise, optou-se por considerar as respostas dos(as) entrevistados(as) destacando a centralidade das informações relacionadas a três princípios presentes nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, os quais serão detalhados a seguir.

Dando continuidade à análise das Diretrizes Curriculares e sua relação com o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da FACSS-Breves, é fundamental situar a formação profissional no contexto mais amplo da trajetória histórica do Serviço Social no Brasil. Essa abordagem permite compreender como os princípios formativos são operacionalizados na prática acadêmica, articulando-se com o compromisso ético-político da profissão.

No Brasil a trajetória da formação profissional em Serviço Social tem seu movimento sócio-histórico marcado por distintos projetos formativos que, em cada momento histórico, “responderam as exigências sociopolíticas e econômicas da sociedade brasileira, mas também se colocaram num movimento de questionamento, de revisão e problematização destas mesmas exigências” (Portes; Portes, 2017, p.225). Ainda de acordo com as referidas autoras, as atuais Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 representam um projeto de formação sustentado no contexto de crítica à profissão e no questionamento dos componentes teóricos, técnicos e ideopolíticos que norteavam a formação e o exercício profissional.

Com base nesse referencial, discute-se neste TCC que a formação profissional, pautada nas Diretrizes Curriculares de 1996, requer, segundo Portes e Portes (2017), “uma análise articulada entre formação e exercício profissional”, com “exigências ao processo formativo de

assistentes sociais, que envolve um conjunto de competências a serem desenvolvidas” (p.226). Ressalta-se a importância de um referencial teórico-crítico na formação, capaz de potencializar e instrumentalizar análises críticas e aprofundadas da realidade social em suas múltiplas determinações. Isso implica que os assistentes sociais devem realizar intervenções orientadas por perspectivas críticas, buscando apreender a totalidade das demandas postas, considerando sua universalidade, particularidade e singularidade, e levando em conta as relações de trabalho impostas pelo sistema capitalista maduro. Dessa forma, evita-se que as intervenções sejam desconectadas do movimento da realidade social em que os sujeitos estão inseridos.

As Diretrizes Curriculares de 1996 apresentam 11 (onze) princípios fundamentais que estruturam a formação profissional, exigindo capacitação teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, para:

- 3.2.2.3.1 - Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
- 3.2.2.3.2 - Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
- 3.2.2.3.3 - Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- 3.2.2.3.4 - Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potencializem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
- 3.2.2.3.5 - Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor. (ABEPSS, 2021, p.25).

Entre os Princípios destacados estão (ABEPSS, 2021, p. 23-24):

- 1 - Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares – tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares – como forma de favorecer a dinamicidade do currículo;
- 2 - Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social.
- 3 - Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- 4 - Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;
- 5 - Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- 6 - Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos;
- 7 - Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional;
- 8 - Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
- 9 - Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais;

- 10 - Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular
- 11 - Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

Com base nesses princípios, as perguntas realizadas nas entrevistas com os(as) egressos(as) foram analisadas associando-as ao Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da FACSS-Breves, vigente a partir de 2017. Particular ênfase foi dada aos seguintes princípios: 1- flexibilidade na organização dos currículos plenos [...] como forma de favorecer a dinamicidade do currículo; 2 – Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social; e 5- estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva, como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade.

A primeira pergunta, que busca associar componentes das Diretrizes Curriculares presentes no PPC de 2017, foi formulada com base no texto do próprio documento, direcionada aos(as) entrevistados(as) com a seguinte redação: “O atual projeto pedagógico da FACSS (2017) propõe que uma das capacidades que compõe o perfil profissional é investigação e análise crítica da realidade para compreender as expressões da questão social, identificando os espaços sócio-ocupacionais e as possibilidades de intervenção profissional. Pensando nessa capacidade do perfil de egressos, como você descreve que ela acontece na sua atuação profissional?”. As respostas revelam como os(as) egressos(as) percebem o desenvolvimento dessas capacidades de investigação e análise crítica da realidade social em seu cotidiano profissional.

A resposta do entrevistado Bagre (20024) a esta pergunta foi a seguinte:

[...] eu consigo fazer esse movimento da investigação, da análise da realidade de forma mais crítica, [...] não só por causa da formação [...] inicial da FACSS. É óbvio que a FACSS tem seu percentual de contribuição, [...] apesar das lacunas que ficaram na minha formação, mas também pela capacidade que eu tive de ter uma formação continuada após a graduação. Então as especializações a preocupação em fazer um mestrado, [...] e poder construir um arcabouço teórico, metodológico, [...] crítico ao longo da minha formação. Isso contribuiu muito pra que eu pudesse ter. Hoje eu digo com muita naturalidade [...], avalio que consigo sim fazer uma análise crítica da realidade [...], ter uma atuação investigativa na minha prática profissional de modo a fazer com que a minha atuação profissional seja qualificada e possa alcançar os objetivos que sejam [] garantir acesso direitos e garantir acesso a bens e serviços públicos a aquele que x eu estou atendendo [] onde quer que eu esteja atuando. (Entrevistado Bagre, 2024).

É perceptível que Bagre (2024) reconhece a contribuição da formação proporcionada pela FACSS para que alcançasse a dimensão investigativa e a capacidade de realizar análises críticas da realidade, para subsidiar suas intervenções profissionais. No entanto, ele destaca a

importância da formação continuada como especializações e a busca por um mestrado na construção de um referencial teórico metodológico crítico, que reflete diretamente em sua atuação, contribuindo para as intervenções cotidianas.

Os(as) assistentes sociais, por atuarem diretamente nas manifestações mais contundentes da questão social (Iamamoto, 2000, p.5), onde se expressam as mais distintas relações de poder na vida dos múltiplos segmentos da classe trabalhadora, podem contribuir junto a estes(as) segmentos na construção de iniciativas coletivas para conquistar, efetivar e ampliação de direitos de cidadania. Nesse sentido, profissionais munidos(as) de referencial teórico metodológico crítico, como pontuado por Bagre (2024), possuem uma intervenção dotada de capacidade interpretativa da realidade, dada pela dimensão investigativa da profissão e direcionada aos sujeitos com os quais trabalham.

Já o entrevistado Melgaço (2024), ao responder sobre a mesma capacidade presente no perfil profissional proposto pelo PPC, explica que a investigação e análise crítica da realidade é:

[...] um [...] dos pontos fundamentais quando a gente [...] precisa entender uma determinada realidade [...] pra você saber como observar, como analisar, como investigar [...] aquela realidade que a gente tem, [...] é uma palavra que a gente sempre ouvia na faculdade, [...] que [...] eu levo, marcante, lembro muito da professora (X) falando [...] a questão da totalidade [...]. Da totalidade, a gente tem que enxergar a totalidade, [...]. Chega pra gente uma determinada situação específica, mas aí você não deve se prender só aquilo, [...] você tem que enxergar além daquilo, além do horizonte. Então assim, as vezes chega uma demanda pra gente, uma demanda “A”, mas aí quando você vai conversar com aqueles sujeitos, quando você faz a visita domiciliar, você encontra uma demanda “B”, uma demanda “C”. Às vezes a demanda, [...] que ele trouxe, não é a demanda principal [...]. Compreender o sujeito como um todo, [...] e não só aquele pequeno fragmento, aquele pequeno pedaço da vida dele que traz pra gente [...]. (Entrevistado Melgaço, 2024).

Melgaço (2024), aponta a importância de uma leitura ampliado e crítico sobre as demandas apresentadas pelos(as) usuário(a), enfatizando o conceito de totalidade. Esse entendimento possibilita identificar demandas implícitas, mas que podem ser desveladas por meio de um estudo mais aprofundado, como nas visitas domiciliares. Esse processo subsidia uma tomada de decisão mais adequada e estratégias interventivas alinhadas às necessidades reais dos sujeitos.

Guerra (2011) explica que o(a) assistente social atua com as “múltiplas expressões das relações da vida cotidiana”, espaço privilegiado para entender as distintas manifestações de desigualdades e exclusão social, vivenciadas pelos mesmos. É possível conhecer essa realidade de forma direta ou indireta, por meio das investigações realizadas e das intervenções planejadas, que visam dar respostas efetivas a essas situações concretas.

A entrevistada Muaná (2024), explica que:

A questão de investigação e análise crítica ela está dentro do nosso cotidiano, [...] não tem como você [...] receber uma demanda de violência, uma demanda de abuso, de exploração. Não tem como você receber uma demanda de evasão escolar e não ativar o teu modo analítico crítico. [...]. Mas por que essa criança está faltando na escola? Mas por que fulano parou de vim dentro do nosso coletivo? [...], por que que foram realizadas denúncias e porque não houve uma intervenção? Então a parte da [...] investigação e análise crítica ela está dentro do nosso cotidiano mesmo, profissional. E aí a gente pensa nisso a partir das expressões da questão social, [...]. Como é que a gente consegue responder isso?

A preocupação em buscar decifrar a realidade para encontrar respostas, como descrito por Muaná, reflete, de acordo com Guerra (2011), o momento em que se exerce a dimensão investigativa, extraindo informações diretamente da realidade, o que exige do(a) profissional conhecimentos específicos e gerais sobre diferentes temas, para realizar leituras aprofundadas. Ainda segundo Guerra (2011), a dimensão investigativa e análise crítica da reprodução social, para chegar a conclusões que podem ser expressas através de laudos, pareceres ou estudos sociais, busca informações na vizinhança, no trabalho, nos documentos institucionais, etc. Muaná (2024) prossegue:

Eu acho que a pra além de respostas no nosso trabalho, a gente precisa ter mais perguntas. Como é que eu consigo intervir, como é que é? pra que? é possível intervir nisso aqui? Será que isso aqui ainda cabe a minha atuação profissional? Aonde é o meu limite? Quando é que eu vou chamar um parceiro? Quando é que eu vou chamar o psicólogo pra essa luta aqui comigo? Quando é que eu vou chamar uma outra profissional de um outro lugar, por exemplo. [...] vou chamar aqui a da educação pra que nós duas a gente consiga intervir ou a do acolhimento institucional, [...] do abrigo. Vamos tentar sentar junto e ver o nosso objetivo aqui pra que se resolva. Eu acredito que a gente precisa pensar no profissional, não com aquele nulo, [...] separado de uma instituição. Porque isso aí é uma receita para o não sucesso, [...] a gente precisa pensar mesmo, principalmente na minha situação que é atuação básica, quanto uma equipe multidisciplinar, eu tenho psicólogo aqui, vamos encaminhar pro psicólogo também. Situação ela é essa, existe uma questão social e ela vai se espalhar pra diversas áreas. Quanto questão educacional, quanto questão psicológica, quanto a questão social. E todas elas precisam ser tratadas pra que esse sujeito consiga seguir em frente. (Entrevistada Muaná, 2024).

Muaná (2024) apresenta fatores importantes atrelados ao reconhecimento do(a) profissional em constante questionamento, o que leva à reflexão sobre seu fazer profissional. Outro fator destacado por Muaná (2024) é trabalho multidisciplinar, a aliança entre profissionais de diferentes áreas do conhecimento, unidos para responder a demandas que exigem outras expertises além do(a) assistente social.

A entrevistada Anajás (2024) e o entrevistado Soure (2024), descrevem como conseguem realizar leituras críticas a parti das demandas apresentadas no dia a dia profissional. Anajás (2024) afirma:

[...] a partir da situação colocada nós iniciamos o processo de apreensão crítica da realidade pra compreender [...] os desdobramentos da questão social. Como eles estão afetando a vida daquele ou daquela usuária? Então por meio [...] das nossas atribuições, das nossas competências aí nós podemos [...] citar, [...] como atribuição a própria visita domiciliar, [...] além de outras, nós conseguimos fazer um estudo da realidade que está inserido o sujeito e identificar de que forma se configura aquela violação de direito. Se é pela fome, se é pela violência, se é pelo desemprego, negligência, abandono, enfim. [...] (Entrevistada Anajás, 2024).

Entrevistado Soure (2024);

[...] tenho um instrumento que é o meu questionário socioeconômico, a partir desse questionário eu consigo ver por exemplo, eu pego um paciente começo a fazer abordagem, faço as perguntas pra ele, a partir do momento que ele começa a me responder as perguntas [...] eu consigo assimilar o que está por trás das coisas que estão acontecendo com ele, das demandas que estão acontecendo com ele. Então isso é uma percepção da realidade, uma percepção crítica da realidade que a gente consegue compreender a partir desses instrumentos. [...] Às vezes a gente pega nas entrelinhas, de acordo com o que ele vai falando [...]. (Entrevistado Soure, 2024).

Mediantes essas considerações apresentadas por Anajás (2024) e Soure (2024), ambos no seu fazer profissional, realizam leituras da realidade a partir de uma perspectiva de totalidade, ao mesmo tempo em que consideram suas singularidades, buscando desvelar os meandros das expressões da questão social apresentada. Procuram compreender e se aproximar das condições de sobreviver, viver e resistir impostas pelas contradições do capital. Partindo dessa perspectiva, as autoras Paula e Silva (2019, p.195). “[...] A formação em Serviço Social é locus propício para o exercício da reflexão sobre a realidade e sobre as possibilidades de intervenção que se abrem para o conjunto da categoria, e que podem se alinhar aos valores e princípios que defendemos hegemonicamente”.

Anajás (2024), finaliza explicando;

embora nós estejamos inseridos numa política social dentro de um estado neoliberalista [...] cuja a intenção é que nós tenhamos de fato uma atuação meramente técnica, paliativa, assistencialista, imediatista, nós precisamos ter [...] o nosso compromisso com a classe trabalhadora, deve permanecer sempre o mesmo comprometido com a emancipação dessas pessoas, dessa classe trabalhadora, dessa forma apresentar proposta competente, inovadora de intervenção social que é pra que esse [...] feito aconteça de forma efetiva é que a gente deve ter domínio das três dimensões do nosso trabalho. Eu falo que o profissional que tem domínio das três dimensões da prática profissional do assistente social que é teórico-metodológico, ético-político e técnico cooperativa, ele consegue fazer [...] um trabalho de fato efetivo e eu digo mesmo que embora o espaço institucional ele estabeleça limites nós [...] temos que ter domínio suficiente dessas dimensões pra que a gente possa ultrapassar esses limites institucionais. Porque profissional que não tem compromisso com a classe trabalhadora e que se resume a essa visão pragmática do trabalho, ele reforça o ideal do neoliberalismo. Ele reforça o ideário capitalista. Ele não está a favor da sociedade, ele está a favor do capitalismo. (Entrevistada Anajás, 2024).

O(a) assistente social, por estar inserido na divisão sócio-técnica do trabalho e atuando na mediação entre interesses antagônicos das classes sociais, exerce um papel importante, o que significa, de acordo com Iamamoto (2009, p.12), “que o exercício profissional participa de um processo que tanto permite a continuidade da sociedade de classes quanto cria as possibilidades de sua transformação”. Para reforçar o compromisso com a classe trabalhadora, conforme o Projeto Ético-Político da categoria, Anajás (2024) afirma que é essencial ultrapassar os limites institucionais que são impostos. Mais uma vez, Iamamoto (2009, p.12) explica que, para exercer a profissão, o profissional precisa ter a competência de “propor, negociar com a instituição seu projeto para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais”, o que exige ultrapassar as “rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho”.

Os(as) egressos(as) da FACSS-Breves afirmaram que em seu exercício profissional conseguem desenvolver capacidades relacionadas à investigação e análise crítica da realidade, para compreender as expressões da questão social, identificando os espaços sócio-ocupacionais e as possibilidades de intervenção profissional, que estão descritas nas Diretrizes Curriculares e no perfil profissional proposto no Projeto Pedagógico da FACSS-Breves.

A próxima e última pergunta direcionada aos(as) egressos(as) teve como objetivo identificar a flexibilidade do PPC da FACSS-Breves para a realidade marajoara a partir da percepção deles(as), considerando a abertura dada nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS para a flexibilidade dos currículos plenos. Nesse sentido, a pergunta foi a seguinte; “Analisando os conteúdos das disciplinas e dos projetos da FACSS, quais contribuíram para sua atuação profissional pensando na realidade do Marajó, do Pará, ou mesmo da Amazônia? Qual disciplina foi mais marcante nesse quesito, você lembra?”

Em consonância com Rolim e Oliveira (2024), conhecer a diversidade regional para compreender as particularidades e singularidades da questão social é um direcionamento dado pela profissão, o que fortalece o PEPSS e exige uma formação crítica, consciente e competente, com leitura de totalidade da realidade brasileira, para “que compreenda as singularidades de cada espaço/realidade” (p.10).

Para abarcar a “historicidade e processualidade nos distintos níveis da tríade categorial singularidade/universalidade e particular” (Rolim; Oliveira, 2024, p.11), as Diretrizes Curriculares da ABEPSS para o curso de Serviço Social, no Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira associado aos demais Núcleos discutem as particularidades nacionais e regionais mediante o pensamento social brasileiro e “a

compreensão do processo de transição e de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que revela a sua marca mais perversa, a questão social, consubstanciada nas profundas desigualdades regionais” (Rolim; Oliveira, 2024, p.11).

O entrevistado Bagre (2024) e a entrevistada Gurupá (2024), ao responderem a essa pergunta, citam disciplinas que contribuíram na discussão voltada para o estudo da territorialidade.

As disciplinas de processo de trabalho [...], economia política, tinha uma disciplina que falava sobre [...] Amazônia, o Marajó e o Brasil [...] era uma disciplina que se debruçava mais especificamente ao desenvolvimento socioeconômica da Amazônia e da região do Marajó. [...] então foram disciplinas que [...] trouxeram [...] conteúdos que pudessem propiciar [...] a formação mais voltada pra realidade que nós temos na Amazônia e Marajó. (Entrevistado Bagre, 2024).

Eu acho que foi já no finalzinho do curso, a gente cursou uma disciplina que é voltada pra Amazônia. Não lembro agora de fato assim o todo o contexto do nome da disciplina, mas tinha uma disciplina nesse sentido. E a gente utilizou muitos também os textos do professor doutor [...] Agenor Sarraf, [...] que ele é do município de Melgaço aqui próximo. Então a gente utilizou muito esses textos dele. Que já é mais voltado pra nossa região [...] pra Amazônia em si. (Entrevistada Gurupá, 2024).

Bagre (2024) elenca disciplinas que, no processo formativo, discutiram especificamente o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia e do Marajó, aproximando a formação dos aspectos regionais, os quais são determinantes para subsidiar as intervenções. Gurupá (2024) recorda de uma disciplina e cita um autor que discute a realidade amazônica, com ênfase no Marajó. Assim, as autoras Rolim e Oliveira (2024) explicam que o(a) assistente social, diante das particularidades geográficas, econômicas, políticas, sociais e culturais e ambientais do país (Brasil), o(a) profissional se apropria das “peculiaridades próprias da região” (p12) que se diferencia das demais regiões.

As entrevistadas Anajás (2024) e Muaná (2024) identificaram a importância das disciplinas cursadas no percurso da graduação em sua atuação profissional:

Pra mim todas as disciplinas elas tiveram seu grau de relevância e contribuição [...] pra formação e consequentemente pra atuação profissional. Digo, eu não consigo estar atuando e depois quando eu paro eu digo assim meu Deus olha, o FHTM, a formação socioeconômica e política do Brasil e da Amazônia, pesquisa em serviço social, instrumentalidade, eu vejo todas as disciplinas da minha formação, na minha atuação profissional, passa um filme [...]. (Entrevistada Anajás, 2024).

Muitas disciplinas foram voltadas para o Marajó, mas teve uma com a professora “A” [...] que a gente teve esse confronto mesmo com a nossa realidade. Foi o caso que eu te contei lá do lixão que foi levado, é dentro do nosso município. São poucas horas de carro [] de ônibus até chegar lá. E uma realidade que até então era desconhecida pra nós. Pra gente ter acesso e eu acho que acontece muito isso com a gente na faculdade. Voltado para os ribeirinhos a gente teve sim, projeto do professor “B”, não sei como que anda o projeto, na época a gente tava no projeto construindo pontes, achei muito interessante como [...] conseguiu articular a utilização da ponte com a cidadania, é um

local próximo também aqui da cidade, poucas horas de viagem pra chegar lá [...]. (Entrevistada Muaná, 2024).

A materialização dos conteúdos apreendidos no decorrer da formação, através do conjunto de componentes curriculares e dos projetos, oficinas, etc, no exercício profissional, significa e reafirma a indissociável relação entre teoria e prática, como constatado na resposta de Anajás (2024). Muaná (2024), reforça a existência dos “brasis”, conceito definido por Ribeiro (2015), que evidencia as desigualdades regionais ao confrontar a realidade proporcionada por disciplinas e projetos que focam no estudo da região. Em um país [Brasil], que de acordo com Rolim e Oliveira (2024) “apresenta grandes injustiças sociais, miséria, desigualdade regional, em meio a uma riqueza e diversidade natural, cultural, racial, que também se fragilizam diante das disparidades brasileiras”, sendo essas desigualdades mais acentuadas nas regiões Norte e Nordeste.

Entrevistado Soure (2024), explica como as disciplinas contribuíram na sua trajetória acadêmica:

Para mim, todas as disciplinas contribuíram e contribuem para a compreensão de nossa realidade. Todas tiveram um papel fundamental na integralidade da formação profissional. A partir delas pude compreender, por exemplo, como o atual modelo de produção capitalista se apropria da força de trabalho e explora o trabalhador, bem como a exclusão destes dos meios de produção. E como os governos adequam as políticas públicas em função do mercado; e como isso impacta negativamente em nossa sociabilidade.

É possível inferir que Soure (2024), de acordo com Rolim e Oliveira (2024), consegue realizar uma análise conjuntural da sociedade brasileira, proporcionado pela formação que recebeu, que o preparou com um referencial teórico-metodológico, colocando-o “diante de inquietações e questões que permeiam a realidade social. Identificando como as interferências dos interesses da sociedade de classes, principalmente da classe que domina o mercado com seu poderio econômico exercendo forte influência sobre o Estado, refletindo sobre as políticas públicas, as quais são direcionadas para a população estigmatizada, fora do mercado, que dependem das mesmas para atender ou suprir suas necessidades básicas.

Por fim, o entrevistado Melgaço (2024), ao responder à pergunta que visa identificar disciplinas e projetos que, durante a graduação, abordaram a região em que estão inseridos os(as) egressos(as) e que provavelmente seriam os espaços em que interviriam, afirmou:

Eu não lembro o nome específico da disciplina, mas foi uma disciplina que a gente estudou especificamente a região amazônica, questão do desenvolvimento do capitalismo na região amazônica, questão dos povos amazônicos, eu não consigo lembrar o nome da disciplina mas eu lembro que foi esse conteúdo que a gente abordou, porque foi aí que a gente conseguiu, que a gente iniciou, [...] o processo de compreender, [...] que as vezes as políticas públicas elas são formuladas, [...] não

levam em consideração as necessidades marajoaras, por exemplo, que é onde você está localizado, [...] Elas são implantadas de forma vertical, [...]. Então uma política pública que funciona no Sul, no Sudeste, dificilmente ela vai funcionar aqui no Norte [...]. Porque, e principalmente no Marajó porque é outra realidade [...]. Por exemplo quando a gente fala de política pública, a gente fala de recursos também, então os recursos que são destinados muitas vezes eles não são suficientes, porque a gente não tem estradas aqui, o nosso meio de transporte é o barco, é a lancha, e a rabeta, e se você for falar que de orçamento isso [...] gera um custo maior aqui pra nossa região, do que lá para o Sul e Sudeste, que tem estrada que você consegue [...] ter um custo menor pra estar ali, pra conseguir fazer chegar aos usuários e é fazer com que políticas públicas funcionem de fato. Então, assim eu não lembro o nome da disciplina, foi uma disciplina [...] que a gente conseguiu entender [...], que a gente trabalhou essa diferença, [...] E conseguimos visualizar isso que pra cá pra gente, as coisas elas têm que ser pensadas de outra forma. (Entrevistado Melgaço, 2024).

Rolim e Oliveira (2024), em suas reflexões, expõem que assimilar os desafios apresentados pelas regiões brasileiras, com explicado por Melgaço (2024), a partir de seu arcabouço teórico proporcionado através de componentes curriculares que discutem a região, permite apreender as múltiplas expressões e determinações da questão social em sua totalidade e “particularizá-las para fazer às mediações essenciais conforme a dinâmica da realidade social e local” (Rolim; Oliveira, 2024, p.12). Partindo desse princípio tal compreensão assume relevância para saber como as políticas públicas se configuram a depender da região, como descrito por Melgaço (2024) por serem realizadas, formuladas, planejadas sem “atender às diversidades regionais” (Rolim; Oliveira, 2024, p.12)

A confluência do Projeto Pedagógico da FACSS-Breves com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, no que diz respeito a uma das capacidades a serem alcançadas no perfil profissional, permite a realização de investigação e análise crítica da realidade para compreender as expressões da questão social, aliada a uma formação comprometida. Esse compromisso oferece subsídios que possibilitam aos(as) profissionais a realizar análises críticas e reflexões nos níveis local, regional e nacional, do amplo ao específico, para interpretar, de acordo com Rolim e Oliveira (2024), “a partir de uma perspectiva de totalidade”.

O alcance da FACSS desse perfil de egresso(a) através da proposta de formação alinhada ao PEPSS não anula as possíveis existências de lacunas, como relatado por determinado respondente dessa pesquisa, ao reconhecer a contribuição da FACSS mesmo percebendo as lacunas deixadas na sua formação, supridas com a formação continuada, reforçando o que muitos autores, como Cardoso, *et al* (2020, p.78) que discutem sobre a necessidade das/os profissionais realizarem o “[...] processos de reflexão e continuidade de apreensão da perspectiva crítico-dialética, [...] para além da graduação [...]”. E o compromisso que as universidades e entidades da categoria devem assumir para reforçar e incentivar essa formação permanente que também contribuirá para o fortalecimento do PEPSS.

Entretanto, não descarta-se a possibilidade da existência de outras lacunas que a depender da atenção dada podem ser mitigadas na graduação, levanta-se essa hipótese em decorrência da realização desse estudo que entre as perguntas que compôs o roteiro de entrevista, uma teve o objetivo de identificar o alcance das competências descritas no PPC da FACSS nos(as) profissionais formados(as) pela referida faculdade, que não foi possível ser discutida nesse TCC. Também destaca-se que existem dificuldades/desafios que a FACSS presencia, que podem influenciar no processo de formação, segundo Silva e Nogueira (2024)², como questões estruturais, reduzido número de docentes, excessiva sobrecarga de trabalho, dentre outros, que foi possível aprofundar neste trabalho.

4 CONCLUSÃO

O Projeto Ético Político do Serviço Social (PEPSS) é fundamentado na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.622/1993), no Código de Ética Profissional de 1993 e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS para formação profissional em Serviço Social de 1996, portanto, se constitui por princípios e valores ético-políticos e pela crítica à ordem social vigente (sistema capitalista), além de se apoiar na matriz teórico-metodológica crítica e social de Marx. O PEPSS é a base que dá direcionamento a todas as ações desenvolvidas por assistentes sociais e sua materialização perpassa pelas dimensões jurídico-política, político-organizativa e produção de conhecimento em Serviço Social.

Nesse sentido, o processo formativo assume relevante papel por proporcionar o primeiro contato com as propostas hegemonicamente defendidas pela categoria profissional para formação de novos(as) profissionais em Serviço Social, é a partir da formação disponível pelas instituições de ensino em Serviço Social e alinhada com os princípios e valores do PEPSS que traçará o percurso de materialização, consolidação, implantação e defesa do Projeto Ético Político Profissional, desde o percurso formativo inicial na graduação, perpassando pela pós-graduação (formação continuada) até a prática profissional, que ocorre em distintos espaços sócio-ocupacionais na esfera do estado, de empresas privadas e de organizações da sociedade civil, intervindo na mediação de interesses antagônicos das classes sociais, mas sem perder de vista o fortalecimento e defesa dos interesses da classe trabalhadora, e superação da ordem vigente que é a centralidade do PEPSS.

² Recomenda-se a leitura do artigo, “Facss-Breves, um curso “fora da sede”: entre avanços, retrocessos e desafios na formação de assistentes sociais”.

Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/paginas/apresentacao24>.

Mediante o exposto, este TCC teve como objetivo principal, entender como as estratégias pedagógicas de ensino, pesquisa e extensão adotadas pela FACSS-Breves/UFGA contribuem para a formação de assistentes sociais com um perfil profissional alinhado ao Projeto Ético-político do Serviço Social, seguido dos objetivos específicos que visou conhecer o perfil de formação profissional previsto no atual Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da FACSS-Breves, observando sua articulação com os princípios do PEPSS e conhecer a percepção dos(as) egressos(as) da FACSS-Breves sobre a abordagem do PEPSS em sua formação, identificando como essa formação influenciou suas práticas profissionais.

De acordo com as análises realizadas mediante os dados obtidos na revisão bibliográfica e na pesquisa de campo, através das entrevistas concedidas pelos(as) egressos(as), constatou-se que ensino, pesquisa e extensão são indissociáveis para alcançar o perfil profissional proposto e defendido pelo PEPSS. As três dimensões se complementam possibilitando vivências, experiências, conhecimentos além da sala de aula, do meio acadêmico, interligando os(as) discentes a comunidade externa a universidade. Através da extensão, que poderão conhecer realidades que serão alvo de sua intervenção profissional, assim articulando ensino e pesquisa para realizar leituras críticas da realidade apresentada e ainda enquanto acadêmicos(as) criarem ou participarem das estratégias de intervenção que contribuíram imensamente na sua formação quanto para o exercício profissional futuramente.

Além disso, os resultados obtidos, confirmam que as estratégias pedagógicas também precisam proporcionar vivências que aproximam os discentes da realidade concreta, que permitam a leitura crítica da sociedade e dos limites e possibilidades contidos na própria intervenção profissional, o que se alinha aos princípios e diretrizes do PEPSS.

Ao estudar o perfil de formação profissional previsto no atual Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da FACSS-Breves, constatou-se que a formação ofertada pela FACSS-Breves está em consonância com o PEPSS, ou seja, esse alinhamento atente às Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, ao Código de Ética Profissional de 1993 e à Lei de Regulamentação da Profissão. A consonância entre o PPC da FACSS-Breves e o PEPSS revela o compromisso que a faculdade têm assumido na formação de assistentes sociais alinhados aos pressupostos ético-políticos hegemonicamente defendidos pela categoria, contribuindo para consolidação do mesmo.

A partir da percepção dos(as) egressos(as) das primeiras e últimas turmas formadas (ingressantes de 2009, 2010, 2016 e 2017) pela FACSS-Breves, evidencia a abordagem do PEPSS no processo formativo, refletindo diretamente em suas práticas profissionais. As entrevistas demonstraram domínio das dimensões teórico-metodológica, ético-política e

técnico-operativa, com relatos sobre o desenvolvimento de atribuições privativas e competências profissionais, do compromisso com os direitos dos usuários(as), o conhecimento de seus deveres com a população usuária em diferentes espaços sócio-ocupacionais, além da articulação entre a relação entre teoria e prática enquanto unidades inseparáveis para uma atuação crítica e comprometida com o PEPSS nas distintas áreas de atuação.

Porém, estudo revela existem algumas competências e atribuições privativas que são desenvolvidas por número ínfimos de egressos(as) no seu cotidiano profissional que atuam em diversos espaços sócio-ocupacionais. Chama-se a atenção para as seguintes atribuições privativas contidas no Art. 5º da Lei nº 8.662/1993, aos incisos “IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social”, e “VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social”, devido a primeira está relacionada a produção de documentos que exigem a expressão de opinião técnica de um profissional do Serviço Social e a matérias correlatas a esta área, enquanto a segunda por ser na supervisão direta de estagiários(as) que ocorre e possibilita a interação do(a) acadêmico(a) com o espaço sócio-ocupacional, para conhecer diretamente a realidade e o exercício profissional que estão inseridos(as) nas diferentes políticas públicas, privadas ou da sociedade organizada, a relação com os(as) usuários e com as demandas que são apresentadas, entre outros. Que oportuniza o estabelecimento entre teoria e prática supervisionados(as) pelo(a) supervisor(a) acadêmico(a) e de campo.

Dentre as competências sinaliza-se para os seguintes incisos do Art.4º da Lei 8.662/1993, “VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais” e “XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades”. Diante de uma realidade em constante transformação a realização de estudos que subsidie intervenções profissionais se tornam indispensáveis, na identificação de novas expressões da questão social, como também a realização de estudos socioeconômicos, fundamental para conhecer e compreender a realidade vivida pela população usuária, principalmente dos(as) excluídos do mercado de trabalho.

Os resultados da pesquisa, além dos já mencionados, revelam que a FACSS-Breves, desde as primeiras turmas concluintes, tem oferecido uma formação que busca fundamentação no PEPSS, formando criticamente profissionais para atuar tanto no território de origem quanto em outros estados e municípios. Como demonstrado nesse estudo, que a maioria dos(as) entrevistados(as) atuam nos municípios do arquipélago marajoara, enquanto os demais se encontram em diferentes regiões.

Mesmo dispondo de uma formação alinhada ao PEPSS, não significa que não apresenta lacunas, não foram discutidas com profundidade nesse TCC. Entretanto, para que as possíveis lacunas sejam apresentadas é necessário realizar estudos e análises detalhadas para compreendê-las e sinalizar propostas para serem mitigadas.

Em síntese, a pesquisa reafirma a importância da FACSS-Breves na formação de assistentes sociais qualificados para elaboração, execução e avaliação de políticas públicas nas esferas nacional, estadual, municipal e territorial. Profissionais que atuam em instituições públicas, privadas ou na sociedade civil organizada, atuando diante de interesses antagônicos, com foco na defesa da classe trabalhadora. A formação torna-se importante também porque é realizada no contexto da realidade do Arquipélago do Marajó, formando profissionais com arcabouço teórico e prático, através do ensino, pesquisa e extensão que tem como referência a própria região, que atuaram levando em consideração as particularidades, singularidades sem esquecer da totalidade, fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas para atender as especificidades das demandas do Marajó.

Para a sociedade, a inserção desses(as) profissionais formados pela FACSS-Breves, representa a presença de assistentes sociais com domínio teórico-metodológico, ético-político e técnico operativo, preparados para intervir nas múltiplas expressões da questão social geradas pelo sistema capitalista vigente. Para o Serviço Social, a FACSS-Breves contribui significativamente ao formar assistentes sociais orientados pelo PEPSS e que além de defendê-lo, contribuem para sua efetivação em seu cotidiano profissional em suas intervenções diretas a população usuária.

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem relevância na área do Serviço Social, contribuindo na produção do conhecimento em Serviço Social (sendo uma das dimensões que contribuem na materialização do PEPSS), sobre a formação profissional, articulando as percepções de egressos(as) sobre o processo de ensino-aprendizagem e sua concretização na prática profissional. Destacando uma faculdade localizada numa região interiorana, único curso de Serviço Social público em *Campus* da Universidade Federal do Pará, no interior do Estado, apresenta um PPC em concordância com o PEPSS e que ao mesmo tempo consegue inserir conteúdos formativos que refletem as características e especificidades da região marajoara. Isso só é possível, pela flexibilidade curricular presente nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, que expressa a inclusão de componentes voltados para o estudo da realidade regional.

Para a FACSS-Breves, este TCC contribui ao realizar estudo sobre a formação ofertada pela mesma, destacando os aspectos que potencializam sua relevância na região, para formação de profissionais que fortalecem, defendem e materializam os princípios e diretrizes do PEPSS, somando na luta coletiva da categoria que tem como foco a melhoria das condições reais da vida do(a) trabalhador(a). Além disso, o TCC apresenta reflexões que podem colaborar em melhorias ou aperfeiçoamento da formação inicial na graduação.

No entanto, esta pesquisa representa um marco introdutório, o que evidencia a necessidade de novos estudos que aprofundem dimensões não abordadas neste trabalho devido às limitações inerente a sua natureza. Uma das dimensões que merece ser abordada, e será desvendada pela autora, com rigor teórico e criticidade, está relacionada às competências descritas no PPC da FACSS-Breves e à sua efetivação nos(as) profissionais formados(as) a partir da percepção dos(as) egressos(as), utilizando o mesmo procedimento metodológico adotado neste TCC. Outra dimensão relevante a ser estudada refere-se aos processos de inserção desses(as) profissionais no mercado de trabalho, incluindo os meios de contratação, como concursos públicos, contratos flexibilizados ou indicações, as condições de trabalho vivenciadas e a remuneração. Assim, este trabalho busca também instigar o interesse de futuros pesquisadores(as) em ampliar a compreensão sobre a formação e atuação profissional no Serviço Social.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz C. **O projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro**. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

ALVES, Maria Bernadete Martins; ARRUDA, Susana Margareth. **Como fazer referências: bibliográficas, eletrônicas e demais formas de documento**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Biblioteca Universitária, c2001. Documento não publicado.

ALMEIDA, SuênyaThatiane Souza de. **Formação profissional do/a assistente social em tempos de crise do capital e seus rebatimentos: um estudo aproximativo das realidades Brasil e Portugal**. 2019. 234f. Tese– Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Edição comemorativa trilingue, 25 anos das diretrizes curriculares da ABEPSS. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024**: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6027**: informação e documentação – sumário – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012b.

BACELLAR, Thaesa Jesana da Silva. **O trabalho do assistente social no ensino superior público: atribuições e competências em sua inserção na formação acadêmica em Serviço Social**. Dissertação (Mestre em Gestão de Organizações Públicas), UFSM – Santa Maria, RS, 2020.

BANDEIRA, Marina. **Como elaborar um questionário**. Universidade de Brasília, Laboratório de Psicologia Ambiental, Série: Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais, 2003, Nº 01

BARROCO, Maria Lúcia da Silva. 30 anos do código de ética do/a assistente social brasileiro/a. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 23, n. 46, p. 13-23, jul./dez. 2023.

BARROCO, Maria Lucia Silva. TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, (organizador). São Paulo, Cortez Editora, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES 492/2001. Despacho do Ministro em 4/7/2001, **Diário Oficial da União**, 9/7/2001, Seção 1e, p. 50.

CARDOSO, Pricisila Fernanda Gonçalves. RODRIGUES, Terezinha de Fátima. NUNES, Heloíse Helena Pereira. Serviço social e formação permanente: possibilidades de superação de cotidianos de alienação. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 72-80, jan./abr. 2020 ISSN 1982-0259.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. Ética e formação profissional em Serviço Social: do conservadorismo à emancipação. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 325-334, set./dez. 2017 ISSN 1982-0259.

CASTILHO, Daniela Ribeiro. *et al.* Reflexões sobre o legado dos 30 anos do código de ética da/o assistente social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 23, n. 46, p. 38-54, jul./dez. 2023. ISSN 2238-1856. □

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. 1ª edição ampliada, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. Volume 2, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do/da Assistente Social**. 10. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/1993 de regulamentação da profissão. 9º ed. Revisada e atualizada. Brasília, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília: CFESS, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Instrumentos e Técnicas: Procedimentos e Opinião Profissional (Oral). **Produção de documentos e opinião técnica em serviço social**. (pp. 102 a 131). Brasília (DF) – 2022. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/EbookCfess-DocOpinioTecnica2022-Final.pdf> Acesso em: 15/10/2024.

FONSECA, Cleomar Campos da. A formação em Serviço Social: conteúdos programáticos e suas tendências teórico-metodológicas. **Rev. Temporalis**, Brasília (DF), n. 32, jul/dez. 2016.

GUERRA, Yolanda. A. D. A dimensão investigativa no exercício profissional em Serviço Social. In: **Rev. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. p.1-19, 2009.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Disponível em: <http://www.uel.br/ces/sersocial/pages/arquivos/GUERRA%20Yolanda.%20A%20instrumentalidade%20no%20trabalho%20do%20assistente%20social.pdf>. Acesso em: 05/10/2024.

GUERREIRO, Iara Coelho Zito. Resolução nº 510 de 7 de abril de 2016 que trata das especificidades éticas das pesquisas nas ciências humanas e sociais e de outras que utilizam metodologias próprias dessas áreas. **Ciência & Saúde Coletiva**, p. 2619-2629, 2016.

IAMAMOTO, Marilda. CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez Editora. 41.ed., 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. **Rev. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**!. 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, [2010]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=resultados>. Acesso em: 29 mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Identificação étnico-racial da população, por sexo e idade**. A população por cor ou raça. Censo 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Identificação étnico-racial da população, por sexo e idade**. Resultado do universo. Censo Demográfico, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Normas de apresentação tabular**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

LAVORATTI, Cleide. A ENTREVISTA NO SERVIÇO SOCIAL: características, usos e significados. In: LAVORATTI, Cleide; Costa, DORIVAL. (Org.) **Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista e SILVEIRA, Esalva Maria Carvalho. A entrevista nos processos de trabalho do assistente social. In: **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 233-251. jul./dez. 2007.

MAGALHÃES, Selma Marques. A importância da observação no Manejo dos Instrumentos. In: MAGALHÃES, Selma Marques. **Avaliação e Linguagem: Relatórios, Laudos e Pareceres**. Veras: Editora. CPIHTS. São Paulo, Lisboa. 2006.

MARTINS, Ludson Rocha. A questão dos documentos profissionais no serviço social. In: **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 33, jan./jun. 2017.

MATOS, Maurílio Castro de. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 678-698, out./dez. 2015.

MENDES, Jussara Maria Rosa. LEWGOY, Alzira Maria Baptista. MAURIEL, Ana Paula. SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. Serviço Social e a formação profissional. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 33, jan./jun. 2017.

NETTO, José Paulo. As direções da renovação do Serviço Social no Brasil. In: **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 151-164.

NETTO, José Paulo. **O projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro. Intervenção Social**, Lisboa, n. 42-45, p. 229-242, 2015.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. p.1-22, 2022.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. SILVA, Nicole Cristina Oliveira. Estratégias e táticas na formação profissional do assistente social: subsídios para reflexão. **Temporalis**, Brasília (DF), n. 37, p. 188-204, jan./jun. 2019.

PERIN, Silvana Dóris. **A visita domiciliar como instrumento de apreensão da realidade social**. Disponível em: http://www.mpdft.mp.br/senss/anexos/Anexo_7.6_-_Silvana_Doris.pdf. Acesso em: 10/10/2024.

PORTES, Melissa Ferreira. PORTES, Lorena Ferreira. A formação profissional em Serviço Social no Brasil: uma trajetória construída por avanços e desafios. **Rev. Em Pauta**, Rio de Janeiro, 2017 - n. 40, v. 15, p. 213 – 227.

PORTES, Lorena Ferreira; PORTES, Melissa Ferreira. A observação e a abordagem no exercício profissional: Revisitando a Dimensão Técnico-Operativa no Serviço Social. In: **Cadernos da Escola de Educação e Humanidades**, Curitiba, v. 1, 04: 28-35. 1984.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Global Editora, 2015.

RIBEIRO, Priscila Maitara Avelino. **O processo de formação profissional de assistentes sociais na UFTM – Universidade do Triângulo Mineiro-Uberaba-MG**: contribuições para a materialização do Projeto Ético-Político Profissional. Dissertação (Mestre em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2016.

ROLIM, Dayana Cury. OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. Formação em Serviço Social no cenário amazônico: dilemas e debates necessários. **Rev. Contribuciones a las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v.17, n.3, p. 01-17, 2024.

SACCOL, Amarolinda Zanela; REINHARD, Nicolau. Tecnologias de informação móveis, sem fio e ubíquas: definições, estado-da-arte e oportunidades de pesquisa. **RAC: Revista de Administração Contemporânea**, v.11, n.4, 2007.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. Instrumentos e técnicas: intenções e técnicas na formação profissional do assistente social. **Libertas**, Juiz de Fora, v.1, n.2, p.70 - 96, jun / 2007.

SARMENTO, Helder Boska. O instrumental técnico em serviço social: alguns apontamentos sobre o relacionamento. *In: LAVORATTI, Cleide; Costa, DORIVAL. (Org.) Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário.* Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016.

SILVA, Christiane Pimentel. **Relatório Projeto do Pesquisa “Fundamentos do Serviço Social: memórias, contextos e tendências da profissão no Marajó (MEFSS-Marajó)”**. Breves: Campus Universitário do Marajó-Breves, Faculdade de Serviço Social, 2023.

SILVA, Christiane Pimentel e; NOGUEIRA, Francielma Lopes. FACSS-Breves, um curso "fora da sede": entre avanços, retrocessos e desafios na formação de assistentes sociais. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL*, 18., 2024, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: ABEPSS, 2024. Realizado de 10 a 14 de dezembro de 2024, na cidade de Fortaleza – Ceará. p. 1-12. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/paginas/apresentacao24>. ISSN 2965-2499.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do serviço social. *In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). Serviço social: direitos sociais e competências profissionais.* Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009. p. 185-199.

TORRES, Mabel Mascarenhas. Atribuições privativas presentes no exercício profissional do assistente social: uma contribuição para o debate. **Rev. Libertas**, Juiz de Fora, v.1, n.2, p.42 - 69, jun./2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social**. Campus Universitário do Marajó-Breves, Faculdade de Serviço Social. Breves-PA, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Resolução nº 4.910, 21 de março de 2027.** Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. 2017.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

VÍNCULO INSTITUCIONAL DA PESQUISA: Faculdade de Serviço Social (FACSS-Breves) RESPONSÁVEL: Francielma Lopes Nogueira

ORIENTADORA: Prof^ª. Dr^a Christiane Pimentel

OBJETIVO GERAL: Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a proposta de formação profissional disponível na Faculdade de Serviço Social de Breves (FACSS-Breves) da UFPA, voltada para a qualificação de assistentes sociais condizente com o Projeto Ético Político do Serviço Social, bem como conhecer a percepção dos/as egressos/as da FACSS-Breves sobre o Projeto Ético Político Profissional e como foi introduzido no processo de formação e as contribuições na atuação.

Francielma Lopes Nogueira, discente da Faculdade de Serviço Social, do *Campus* Universitário do Marajó-Breves (FACSS-Breves) da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA), convida-o/a para participar da pesquisa, que objetiva coletar dados para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, intitulado “Formação e o Projeto Ético-político do Serviço Social”

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa acadêmica cujo objetivo é entrevistar egressos/as da FACSS-Breves que será realizada através de uma entrevista semiestruturada de aproximadamente 1 hora. Durante a entrevista, serão discutidas suas experiências e percepções sobre as estratégias de ensino e aprendizagem na FACSS-Breves e sua relação com o Projeto Ético Político Profissional.

A sua participação na pesquisa não implicará nenhum custo, nem qualquer vantagem financeira. Sua participação é voluntária, de modo que em qualquer momento da realização da pesquisa, você poderá retirar seu consentimento, sem qualquer prejuízo.

De acordo com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), o **possível risco na participação da pesquisa**, poderá ser o desconforto ao discutir suas experiências acadêmicas e opiniões pessoais. No entanto, você pode optar por não responder qualquer pergunta que cause desconforto.

Entre os **benefícios esperados com os resultados da pesquisa**, poderá contribuir para a melhoria das metodologias de ensino na FACSS-Breves, beneficiando a formação dos futuros assistentes sociais.

Os resultados serão apresentados publicamente, na UFPA, por ocasião da defesa do

Trabalho de Conclusão de Curso e você como participante da pesquisa poderá solicitar para a pesquisadora responsável, uma cópia do trabalho por e-mail ou baixar diretamente na página on-line do Campus do Marajó-Breves da UFPA.

CONTATOS

Pesquisadora Responsável: franciemalopes72@gmail.com / (91) 98336-3831
Orientadora: lilachris@gmail.com/ Telegram: Chris_Pimentel.

Declaração de Consentimento

Declaro que entendi o estudo e que tive a oportunidade de ler o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulada “Formação e o Projeto Ético-político do Serviço Social”, que objetiva analisar a proposta de formação profissional disponível na Faculdade de Serviço Social de Breves (FACSS-Breves) da UFPA, voltada para a qualificação de assistentes sociais condizente com o Projeto Ético Político do Serviço Social, bem como conhecer a percepção dos/as egressos/as da FACSS-Breves sobre o Projeto Ético Político Profissional e como foi introduzido no processo de formação e as contribuições na atuação.

Autorizo a minha inclusão neste estudo, como uma das pessoas entrevistadas.

Ao assinar este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), não renuncio a nenhum dos meus direitos legais.

Este documento será assinado em duas vias, sendo que uma via ficará comigo e outra com o pesquisador.

Cidade/Estado: _____/_____, _____de _____de 2024.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Pesquisadora Responsável

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Dados de identificação.

Entrevistada/o:**Idade:****Autodeclaração étnico-racial:** () branco/a; () preto/a; () pardo/a; () indígena; () outros

Identidade de gênero: (É como você se reconhece em relação ao seu gênero/sexo)

() Cisgênero (homem cis, mulher cis) – Se identifica com o sexo/gênero em que nasceu.

() Transgênero (homem trans, mulher trans) – Não se identifica com o sexo/gênero em que nasceu.

() Não binário – Não se reconhece em nenhum sexo/gênero ou transita entre eles.

Orientação sexual:

() Heterossexual – sente atração por pessoa do sexo oposto.

() Homossexual – sente atração sexual e/ou afetiva por pessoa do mesmo sexo/gênero.

() Lésbica – Mulher que sente atração sexual e/ou afetiva por pessoa do mesmo sexo/gênero.

() Bissexual – Sente atração sexual e/ou afetiva por pessoas de ambos os sexos/gêneros.

() Transexual – Pessoa que se identifica com o gênero/sexo divergente do designado no nascimento.

() Outros – Qual?

Egresso/a da FACSS de qual turma?**Durante sua graduação participou de algum projeto? qual? Espaço sócio-ocupacional em 2024.****Há quanto tempo atua como assistente social?**

Questões Norteadoras.

1 – Entre as atribuições privativas descritivas abaixo, qual se encaixa ou desenvolve na sua atuação profissional? Comente como realiza no seu cotidiano profissional – Lei de regulamentação, Art. 5º.

- () Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;
- () Planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;
- () Assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;
- () Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;
- () Assumir, no magistério de Serviço Social tanto em nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;
- () Treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;
- () Dirigir e coordenar unidade de ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;
- () Dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;
- () Elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social
- () Coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assunto de Serviço Social;
- () Fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais; () Dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;
- () Ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

2 – Entre as competências descritivas abaixo, qual se encaixa ou desenvolve na sua atuação profissional? como realiza no seu cotidiano profissional – Lei de Regulamentação, Art. 4º

- () Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- () Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de

atuação do Serviço Social;

- () Encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- () Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- () Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- () Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- () Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades [...];
- () Prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- () Planejamento, organização e administração de serviços sociais e de unidade de Serviço Social;
- () Realizar estudo sócio-econômico com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

3 – O atual projeto pedagógico da FACSS (2017) propõe que uma das capacidades que compõe o perfil profissional é investigação e análise crítica da realidade para compreender as expressões da questão social, identificando os espaços sócio-ocupacionais e as possibilidades de intervenção profissional. Pensando nessa capacidade do perfil de egressos, como você descreve que ela acontece na sua atuação profissional?

4 – O Art. 5º do Código de Ética Profissional de 1993 dispõe sobre os deveres do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as. Quais delas consegue desenvolver na sua atuação profissional e como ocorre?

- () **a-** contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;
- () **b-** garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardados os princípios deste Código;
- () **c-** democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as;
- () **d-** devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido

de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;

() **e**- informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos;

() **f**- fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional;

() **g**- contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados;

() **h**- esclarecer aos/às usuários/as, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.

5 – Analisando os conteúdos das disciplinas e dos projetos da FACSS, quais contribuíram para sua atuação profissional pensando na realidade do Marajó, do Pará, ou mesmo da Amazônia? Qual disciplina foi mais marcante nesse quesito, você lembra?